



Universidade Federal da Paraíba – Campus II

Centro de Humanidades

MESTRADO EM ECONOMIA

O SETOR INFORMAL URBANO FRENTE À DINÂMICA

CAPITALISTA: um estudo em Feira de Santana – Ba.

OLGA LÚCIA MATOS OLIVEIRA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba - Campus II, Campina Grande-PB, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ortiz Rocha de Aragão

Campina Grande, maio de 2.000

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS II
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA

O SETOR INFORMAL URBANO FRENTE À DINÂMICA
CAPITALISTA: um estudo em Feira de Santana - Ba.

OLGA LÚCIA MATOS OLIVEIRA

Campina Grande, maio de 2.000.



048s

Oliveira, Olga Lúcia Matos.

O setor informal urbano frente à dinâmica capitalista :
um estudo em feira de Santana - BA / Olga Lúcia Matos
Oliveira. - Campina Grande : 2000.

102 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade
Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2000.

"Orientação : Prof. Dr. Paulo Ortiz Rocha de Aragão".

Referências.

1. Setor Informação - Trabalho - Feira de Santana (BA).
2. Dinâmica Capitalista. 3. Trabalho Informal. 4.
Dissertação - Economia. I. Aragão, Paulo Ortiz Rocha de.
II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB).
III. Título

CDU 331.5(813.8)(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS II
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA

O SETOR INFORMAL URBANO FRENTE À DINÂMICA
CAPITALISTA: um estudo em Feira de Santana – Ba.

OLGA LÚCIA MATOS OLIVEIRA

BANCA EXAMINADORA

PROF. Dr. PAULO ORTIZ ROCHA DE ARAGÃO
(Orientador)

PROF. Dr. MANOEL LUIZ MALAGUTI
(Co-orientador)

PROF. Dr. RENATO KILPP
(Examinador)

Campina Grande, maio de 2.000.

*Aos meus:
Seu Didi, meu pai; Dona Maria, minha mãe;
Bigó, Léo e Dai, meus irmãos;
Luluzinha, Lila, Tuca e Tequinho, meus sobrinhos.*

*Aos amigos:
Àqueles que resistiram às agruras da convivência e ao meu gênio
e àqueles que, não sem motivos, desistiram.*

AGRADECIMENTOS

Alguns nomes precisam ficar grafados, registrados. Marcas de uma contribuição que mesmo sem culpa pelo resultado, de certo, responsáveis pelo caminhar, pelo que de palatável possa se extrair do texto ora apresentado e da convivência nesta experiência de mestrado.

Assim, agradeço:

Ao povo lá de casa, mainha, painho, meus irmãos, sobrinhos, cunhadas, avós, tios, tias, primos e primas, que tiveram que, involuntariamente, suportar as mudanças de humor e o pouco tempo para um convívio mais tranqüilo.

A Gildásio, em parte responsável pela minha ida para o mestrado. Aos companheiros de exílio no Planalto da Borborema: João Diógenes, Clodoaldo, Chico.

A amiga Célia, cúmplice sempre. A Coelho... A amiga Nerize, um presente. A AZN, pelo apoio constante. A Fagundes e Teobaldo, pelo carinho. A Ruy pela amizade despretensiosa. A todo a "mundiça da gradú". Aos amigos Matheus, Carol, Mariá, Beatriz, Gabriel, pelos momentos de alegria. Aos amigos da turma de 96, em especial Jofre e Flávio. Aos professores Renato Kilpp, o diabo louro; Robério, Gelfa, Maria Helena, Heleno, Fernando, Barreto, João Otávio, Clodoaldo.

Ao Prof. Paulo Ortiz, orientador, pela contribuição e, principalmente, pela paciência. Ao Prof. Manoel L. Malaguti, pela contribuição valiosa nos momentos mais difíceis.

A Neuma e os demais funcionários do mestrado.

A CAPES, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa.

Ao MOC e equipe de pesquisa, pela companhia nesse desafio.

E, principalmente, aos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados que permitiram a nossa entrada em seus lares (trabalho), buscando conhecer mais das suas vidas (trabalho).

Apresentação:

O presente trabalho surge da ansiedade em analisar pelo viés da academia uma realidade vivenciada mediante o trabalho realizado em uma Organização Não Governamental - ONG .

Pensar em mestrado era, no início dessa empreitada, pensar em - através da academia - entender melhor uma realidade nefasta e enganadora. Ou melhor, buscar unir o ambiente de análise acadêmico com o da prática. Fugir ao tarefismo tão comum no nosso dia-a-dia. Esse exercício acabou, paradoxalmente, me aproximando mais da academia.

Assim, desde a sua gênese, a experiência no mestrado seguiu uma trajetória de busca de aproximação desses dois(?) mundos. Foi também assim na pesquisa de campo, onde uma conjugação de interesses acabou por possibilitar uma pesquisa muito mais ampla do que a inicialmente planejada. Objetivando otimizar recursos e mesmo atuar de maneira conjunta dentro do município foco das investigações em caso, juntaram-se num exercício de pesquisa conjunta esse projeto de mestrado, um projeto de pesquisa implementado pela Universidade Estadual de Feira de Santana, via Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, sobre a caracterização do setor informal no município de Feira de Santana e o projeto de pesquisa de três ONG's, o MOC de Feira de Santana, o CEDAC, do Rio de Janeiro e o CEAS de Recife, cujo objetivo era investigar as condições de viabilidade do setor informal municípios de Feira de Santana, Recife e na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.

A conjugação desses projetos possibilitou investigar, em Feira de Santana, 411 pequenos empreendimentos, após visita a 1.229 mil residências, conforme detalhamento no tópico sobre metodologia.

O banco de dados coletado/montado seguramente não será suficiente e nem satisfatoriamente esgotado nesse projeto, ao contrário talvez a maior contribuição dessa empreitada conjunta tenha sido justamente provocar e contribuir para novos desafios nessa área. Alguns pontos podem ser destacados no que diz respeito aos resultados dessa iniciativa: primeiro demonstrar a possibilidade de realização de trabalhos em conjunto, criando assim espaços de convivência científica entre academia e outros agentes sociais, isso não significa dizer que não houve problemas ou dificuldades, contudo, provas surgem de factibilidade; segundo, consegue-se através desse projeto, uma base de dados que seguramente servirá de lastro para pesquisas que atualmente já vêm sendo implementadas (caso de monografias) e outras futuras. Até então praticamente nada tinha sido desenvolvido em Feira de Santana nesse campo de estudo, o informal urbano.

Tais contribuições, por menores que possam ser, são no nosso tão difícil campo de estudo, significantes para um melhor conhecimento dessa realidade tão nebulosa que é a informalidade. E quem sabe, no futuro, não possam servir de instrumento para formulação de políticas públicas de geração de renda, ou ao menos para melhor entender porque parte significativa dessas políticas não alcançam o resultado esperado/desejado.

RESUMO

Neste trabalho objetiva-se discutir a situação da informalidade na economia através da abordagem do tido "setor informal" urbano frente à dinâmica capitalista.

Isso se faz, inicialmente, a partir de uma investigação e análise do caráter deste "setor" dentro do processo de acumulação capitalista, tomando seus nexos e articulações, e observando-se a realidade do município de Feira de Santana-Ba., considerando esse ambiente empírico como uma ilustração daquilo que se pretende investigar, valendo-se de coleta e análise de dados primários e secundários.

No curso desse processo de pesquisa visa-se ainda, analisar a construção conceptual estabelecida em torno da categoria "setor informal", atentando para a imprecisão concernente ao objeto em estudo e identificando sua caracterização usual, apresentando um perfil desse segmento.

Além de refletir acerca de questões fundamentais concernentes ao tema, para um melhor entendimento deste fenômeno tão presente (e crescente), especialmente na realidade brasileira. Um fenômeno que vem desafiando os teóricos da economia assim como os formuladores de políticas públicas, em especial, ante o quadro de reestruturação produtiva que vem se desenhando.

Por fim, advoga-se a existência de uma relação de inerência entre este espaço sócio-político-econômico, que é a informalidade, e a lógica de acumulação capitalista que gera no seu processo espaços que aparentemente são "marginais".

Defende-se, assim, que esse ambiente acaba por servir de um "amortecedor" de crises mais profundas à medida que absorve (ou vem absorvendo) mesmo que em condições de precariedade, parte significativa da mão-de-obra que não encontrando alocação nos espaços "protegidos" da economia, abriga-se na informalidade.

ABSTRACT

This work aims to discuss the situation of informality in the economy across of the urban "informal sector" approach before to capitalist dynamic.

This is made, from an investigation and character analyzes of this sector in the capitalist cumulating process, taking your nexus and articulations, and observing the reality of the Feira de Santana-Bahia, considering this empiric environment like a illustration that we intends to investigate, taking the count the collection and analyzes of secondary and primary data.

During this research process, it still aims to analyze the established conceptual construction about the "informal sector" category, observing the imprecision that is linked to study object and identifying your usual characterization, presenting a segment profile.

Beyond to reflect about the questions fundamentals that are concerned to theme, for a understanding better of the phenomenon, that it is so presenting (and it is raising), especially in the Brazilian reality. A phenomenon that comes challenging the theoreticians of Economy and the creators of public policies, especially, before the productive restructure environment that is being bought.

Finally, it advocate the existence of a inheriting relationship between this economic politic social space, that is the informality, and the capitalist cumulating logic, that generates its process the spaces what apparently are marginal.

This work evaluates this environment functions like a "shock absorber " of deeper crisis, while it absorbs (or it comes absorbing), even if it presents precarious conditions , an important part of labor, that is not finding the allocations in the protected spaces of economy, it takes shelter in the informality.

Sumário:

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 01 |
| CAPÍTULO PRIMEIRO | 04 |
| A Informalidade na Economia | 04 |
| 1. Notas Introdutórias acerca da Categoria "Trabalho" | 04 |
| 2. O Fenômeno da Informalidade na Economia | 12 |
| CAPÍTULO SEGUNDO | 19 |
| Considerações Conceituais sobre o "Setor Informal" | 19 |
| Introdução | 19 |
| 1. Imprecisão Conceptual | 21 |
| 2. Acerca da Origem do Termo e de sua Trajetória | 28 |
| 3. Definições para o "Informal" | 32 |
| 3.1. Informalidade e Cidadania: IBASE/SEBRAE, R.J., 1997; | 32 |
| 3.2. Economia Informal Urbana: Município do Rio de Janeiro - 1994. IBGE, R.J., 1996; | 33 |
| 3.3. O SETOR INFORMAL de Salvador: dimensões, natureza e significação. Clóvis Cavalcante e Renato Duarte; | 36 |
| 3.4. PME (Pesquisa Mensal de Emprego)- IBGE | 36 |
| CAPÍTULO TERCEIRO | 46 |
| A Metodologia da Pesquisa | 46 |
| 1. A Cidade de Santana dos Olhos d'Água | 46 |
| 1.1. Introdução | 46 |
| 1.2. Breve resgate histórico: | 46 |
| 1.3. Evolução e Importância Econômica | 49 |
| 1.4. A cidade e o setor informal | 52 |
| 2. Metodologia | 57 |
| 2.1. A Concepção Técnico-científica | 57 |
| 2.2. A Pesquisa de Campo | 60 |
| 2.2.1. O Recorte Espacial | 60 |
| 2.2.2. A Amostra e os Procedimentos | 61 |
| 2.2.3. Definição usada na pesquisa para "empreendedor" | 64 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO QUARTO | 66 |
| Questões Fundamentais Acerca do "Setor Informal" | 66 |
| 1. Os Dados Coletados | 66 |
| a) características pessoais | 66 |
| 1. posição do(a) responsável pelo domicílio ou empreendimento | 66 |
| 2. sexo (empreendedor/sócio) | 67 |
| 3. idade (respondente) | 69 |
| 4. escolaridade (respondente) | 70 |
| b) características ocupacionais | 72 |
| 1. relação de trabalho | 72 |
| 2. remuneração | 73 |
| 3. atividade/ocupação anterior | 74 |
| 4. capacitação | 75 |
| c) características do negócio/empreendimento | 79 |
| 1. ramo de atividade | 79 |
| 2. ano de início da atividade | 81 |
| 3. composição da mão-de-obra | 84 |
| 4. local da atividade | 85 |
| 5. regulamentação / regularização | 87 |
| 6. acesso a crédito | 89 |
| 7. controles e registros | 91 |
| 8. desempenho financeiro | 92 |
| 9. compradores | 93 |
| 10. relações de terceirização | 94 |
| 11. origem do capital inicial | 94 |
| | |
| NOTAS CONCLUSIVAS | 98 |
| | |
| BIBLIOGRAFIA | 103 |
| | |
| APÊNDICE | 110 |
| | |
| ANEXOS | |

Lista de Tabelas:

| | |
|--|----|
| Tabela 01 - Evolução da População do Município de Feira de Santana - 1950-1996..... | 51 |
| Tabela 02 - Ramo de Atividade do Negócio - Feira de Santana - 1998..... | 53 |
| Tabela 03 - Empreendedores pesquisados, por cidade de origem - Feira de Santana - 1998..... | 54 |
| Tabela 04 - Origem dos Empreendedores, por Estado da Federação - Feira de Santana - 1998 | 54 |
| Tabela 05 - Tempo de Moradia em Feira de Santana dos originados de outras cidades, por intervalo de anos - Feira de Santana - 1998..... | 55 |
| Tabela 06 - Definição do Tipo de Negócio - Feira de Santana - 1998..... | 65 |
| Tabela 07 - Classificação do Empregador - Feira de Santana - 1998..... | 67 |
| Tabela 08 - Sexo do Empregador - Feira de Santana - 1998.... | 67 |
| Tabela 09 - Distribuição da População por Sexo - Feira de Santana - 1960-1996..... | 69 |
| Tabela 10 - Distribuição da idade dos Empreendedores por Intervalo - Feira de Santana - 1998..... | 69 |
| Tabela 11 - Nível de Instrução do Empreendedor - Feira de Santana - 1998..... | 71 |
| Tabela 12 - População Alfabetizada - Feira de Santana - 1991..... | 71 |
| Tabela 13 - População Não Alfabetizada - Feira de Santana - 1991..... | 71 |
| Tabela 14 - Classificação do Empregador - Feira de Santana - 1998..... | 73 |
| Tabela 15 - Remuneração Mensal em Salários Mínimos - feira de Santana - 1998 | 73 |

Lista de Gráficos:

Gráfico 01 - Empreendedores Pesquisados, por Cidade de Origem.....53

Gráfico 02 - Tempo em que Atua na Atividade.....76

Introdução:

Este trabalho se circunscreve na área da Economia do Trabalho e objetiva discutir a situação da informalidade na economia através da abordagem do tido "setor informal" urbano frente à dinâmica capitalista.

Isso se faz, inicialmente, a partir de uma investigação e análise do caráter do setor informal dentro do processo de acumulação capitalista, tomando seus *nexus* e articulações, e observando-se a realidade do município de Feira de Santana, na Bahia, considerando esse ambiente empírico como uma ilustração daquilo que se pretende investigar.

No curso desse processo de pesquisa visa-se ainda, por conseguinte, analisar a "construção" conceptual estabelecida em torno da categoria "setor informal", atentando (e sobretudo acentuando) para a imprecisão concernente ao objeto em estudo.

Um outro objetivo consiste em identificar e analisar a caracterização usual para o setor informal, observando seu caráter dinâmico e como este se apresenta especificamente no município de Feira de Santana, a partir de dados primários coletados em pesquisa de campo. Com isso, torna-se possível construir um perfil desse segmento, de sua inserção e importância para a realidade econômica local, assim como social, traço que, como veremos, não pode jamais ser relegado a segundo plano quando se trata de um estudo acerca da informalidade na economia.

Além disso, finalmente, almeja-se refletir de maneira mais abrangente acerca de questões referentes à noção de informalidade propriamente dita, que julgamos fundamentais

para um melhor entendimento deste fenômeno tão presente (e crescente) em todos os países do Terceiro Mundo, aí incluídos aqueles considerados como "em desenvolvimento", e especialmente na realidade brasileira. Um fenômeno que, poderíamos dizer, vem desafiando os teóricos da economia assim como os formuladores de políticas públicas, em especial, ante o quadro de reestruturação produtiva que vem se desenhando.

O trabalho ora apresentando está distribuído em 04 (quatro) capítulos, sendo que no primeiro, usa-se como portal, para introduzir a discussão acerca da informalidade, o debate sobre a categoria "trabalho", resgatando algumas das polêmicas pertinentes ao tema. A partir daí, discute-se a informalidade na Economia abordando a temática de maneira mais abrangente.

Num segundo capítulo, faz-se algumas considerações conceituais sobre o setor informal, abordando o seu alto grau de imprecisão, a origem e trajetória do termo. Acresce-se a essa discussão, enquanto ilustração desta dificuldade em delimitar conceitualmente tal categoria, uma referência a formas de tratamento empírico através de algumas pesquisas que elegeu-se enquanto representativas para o que se quer demonstrar. Para finalizar o capítulo, concentra-se o enfoque no papel desse segmento frente à dinâmica capitalista.

A metodologia da pesquisa é tratada no capítulo terceiro, onde a cidade de Feira de Santana, locus da pesquisa de campo, é apresentada aos leitores. É neste capítulo também onde pode-se observar a concepção técnico-científica assim como os procedimentos adotados para a coleta de dados primários.

Por fim, no quarto capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa de campo, através de questões

fundamentais no nosso entendimento para uma melhor percepção do objeto em estudo.

As notas conclusivas trazem algumas considerações que não objetivando encerrar a discussão, tendem a buscar articular algumas das questões levantadas.

Não nos propomos - a propósito - a encontrar as respostas para todas estas questões. Ao contrário, cabe primeiro fazê-las emergir, saírem do limbo.

Esse é o exercício a que nos atiramos.

Cabe salientar que a base de dados disponível a partir da pesquisa de campo realizada em Feira de Santana é fonte para muito além do que o que aqui foi explorado. Oxalá, ela possa servir, mais adiante, para outras investidas e incursões sobre tal realidade tão raramente observada.

Entretanto, não se pode omitir o valor e a validade de tal investimento. A carência de dados acerca da informalidade associada à dificuldade metodológica em se estudar tal área são certamente obstáculos que não raro interditam por completo a trajetória de muitos estudiosos.

Experiências como esta, podem até não satisfazer a seus autores plenamente, até porque assim não creio factível, entretanto, podem servir de estímulo a outros que porventura se aventurem nesta empreitada.

Capítulo Primeiro

A Informalidade na Economia

1. Notas Introdutórias acerca da categoria "Trabalho".

Arvorar-se a discutir questões referentes ao "Trabalho" na atual conjuntura é - de certa forma - posicionar-se frente a uma polêmica que pós década de 80 retorna com gás renovado por conta dos rumos assumidos pelo processo de reestruturação produtiva.

A categoria "Trabalho" tem, ao longo do tempo, suscitado polêmica e constituído rico campo de discussão teórica. Mesmo hoje, com a tão propalada perda da centralidade de tal categoria no discurso da Pós-Modernidade, num esforço para negar a sua importância, ela - a categoria trabalho - faz-se presente.

Mesmo não sendo este o nosso objeto de estudo, faz-se necessário iniciar com tais considerações. Primeiro, porque é imprescindível chamar atenção para a sempre presente importância desta categoria nas formulações no campo da Teoria Econômica e, em especial na Economia do Trabalho. Para o que pretendemos discutir, no que diz respeito ao nosso interesse central, cabe uma "visita" a este conceito esquecido, relegado às estantes de alguns "marxistas".

Pode-se observar através dos estudos de André Gorz: "Adeus ao Proletariado: para além do socialismo", 1982¹; de Habermas: "A nova intransparência", 1987; e de Claus Offe: "Capitalismo Desorganizado", 1989, uma discussão acerca da dissolução tendencial da "sociedade do trabalho". Estes por sua vez provocaram toda uma gama de formulações de

¹ A primeira edição brasileira é datada de 1982 e a segunda de 1987.

contestação, a exemplo de Ricardo Antunes, de Jean Lojckine, de Ernest Mandel, de Alain Touraine, entre muitos outros.

Mais recentemente, essa discussão foi (res)suscitada no Brasil pela visita do grupo "krisis", em agosto do ano passado, para o lançamento do seu "Manifesto contra o Trabalho"², inspirados nos trabalhos de um de seus membros mais importantes, o ensaísta alemão Robert Kurz³. No "Manifesto", o grupo, parodiando o Manifesto de Marx, faz uma crítica à situação contemporânea do trabalho, na sociedade capitalista: *"Um cadáver ronda a sociedade - o cadáver do trabalho." (...)* *"Quem, nessa sociedade, não consegue vender sua força de trabalho é considerado 'supérfluo' e está sendo jogado no aterro sanitário social. Quem não trabalha não deve comer"*, e ao mesmo tempo traz uma apologia à sociedade do ócio e da preguiça:

"Os inimigos do trabalho não têm nada contra a preguiça. Um dos seus objetivos principais é a reconstrução da cultura do ócio, que antigamente todas as sociedades conheciam e que foi destruída para impor uma produção infatigável e vazia de sentido (...)"(FOLHA,1999)

"O Futuro do Trabalho"⁴, também tem sido objeto do autor italiano Domenico De Masi(1999), que advoga a existência de uma relação direta entre a felicidade e o trabalho criativo e o tempo livre, partindo assim para uma defesa do ócio enquanto elemento fundamental na sociedade pós-industrial, tão importante quanto o trabalho e mais, confundindo-se com ele.

² O "Manifesto" seria lançado na Alemanha no mês seguinte (setembro/99)

³ Autor do livro "O Colapso da Modernização"

⁴ Título de um dos últimos livros do De Masi.

Como ilustra a produção científica a respeito do tema, a década de oitenta impôs à "sociedade do trabalho", uma crise sem precedentes, crise essa que persiste, não tendo sido superada na década seguinte. ANTUNES chega a colocar que:

"Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser." (ANTUNES, 1995:15) (grifos no original).

Um dos marcos mais significativos desse processo de mudança deu-se em função dos avanços tecnológicos, a era da robótica e da microeletrônica invadiu o "chão de fábrica". Novas roupagens são dadas aos fundamentos taylorista e fordista dos processos de trabalho e de produção. A gestão japonesa entra em cena, apresentando fenomenicamente⁵ uma nova forma de gestão, com mais participação, de forma flexibilizada, reduzindo de forma significativa a necessidade de mão-de-obra empregada diretamente nas grandes empresas e assim fomentando a terceirização e a subcontratação.

A redução dos postos de trabalho tem sido verificada nas mais diversas áreas, e não apenas naquelas atividades

⁵ Consideramos manifestações fenomênicas, concordando com Cláudio Katz ao colocar que: "É falsa a crença de que os 'grupos autônomos' acabam com o taylorismo. 'Círculos de qualidade' interconectados em torno da linha de montagem e sujeitos aos tempos do transportador central enquadram-se plenamente nos princípios da OCT (Organização Científica do trabalho OM) . A gerência fixa as tarefas e os tempos mas a escala do grupo propugna a autodisciplina coletiva. Estabelece, além disso, a responsabilidade visível frente aos defeitos, para diminuir os custos de vigilância. Os reorganizadores pós-tayloristas falam a mesma linguagem do gestor do 'gerenciamento científico' : controlar tempos mortos, reduzir trabalhos indiretos e diminuir

de "macacão azul"; a inserção no setor de serviços, mesmo sendo significativa e crescente⁶, verifica-se em ritmo mais lento e o crescimento de atividades precárias com longas jornadas de trabalho, exploração de mão-de-obra infantil, superexploração feminina no âmbito doméstico e condições insalubres, em confronto com um rendimento insuficiente para o sustento da família ou para a reprodução da força de trabalho tem sido uma constante no "novo mundo do trabalho".

Muitas foram as profissões que desapareceram nesse processo. E aqui não há nenhum saudosismo quanto a isso. A questão posta refere-se à recolocação dessa mão-de-obra no mercado de trabalho, para alguns um caminho sem volta, ou cujo retorno se dá em bases bastantes diferentes. Os propalados programas de requalificação não dão conta de criar novos postos de trabalho à razão suficiente daqueles que desaparecem. Buscam, e nem sempre com sucesso, reinserir o indivíduo no mercado através da sua capacitação para outras áreas, supostamente mais competitivas, majoritariamente no setor terciário. Isso se dá, não raro, buscando transformar esse desempregado num empreendedor supostamente destinado ao sucesso⁷,

estoques." (KATZ, at al., 1995).

⁶ Conf. Singer, in Mandel, 1982:XXX, "Assim a proporção da força de trabalho ocupada no Terciário aumentou de 36,8% em 1910 para 62,1% em 1970, nos Estados Unidos; de 22,2% em 1907 para 41,9% em 1970, na Alemanha Ocidental; de 39,7% em 1911 para 50,3% em 1966, na Grã-Bretanha; de 26% em 1911 para 47,8% em 1970, na Itália; de 33,5% em 1911 para 38% em 1970, no Brasil" (Sabolo, Y. e outros. *Les Tertiaires*. Genebra, BIT., 1974. Tabelas II, III.)

⁷ Os Programas de Educação Profissional, do Ministério do trabalho, implementados através do PLANFOR (Plano Nacional de Educação Profissional) trazem como um dos seus objetivos: "estimular e apoiar ampliação da oferta de emprego e de oportunidades de geração de renda, buscando alternativas de trabalho autogerido, associativo ou em micro e pequenos empreendimentos." (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1996). Uma outra prova disso são os PDV (Programas de Demissão Voluntária), implementados em especial na esfera pública. Em muitos deles acompanha o pacote de incentivos às demissões, empréstimo para cursos de gerenciamento de pequenos negócios.

lançando sobre seus próprios ombros (numa equação de sorte ou azar, ou segundo a terminologia americana, de competência ou falta de) a responsabilidade sobre a reprodução dessa força de trabalho. O fenômeno da empregabilidade acaba por ser uma das nuances mais fortes desse processo.

De forma que a humanidade tem assistido ao declínio da categoria chave da construção do capitalismo. O trabalho assalariado, e em especial o trabalho fabril, aos poucos vai perdendo seu vigor. O avanço tecnológico - de tal modo acelerado - nos países centrais acabou por promover uma "liberação" aguda de mão-de-obra, substituída por comandos ou máquinas. Assim, o processo tecnológico se apresenta enquanto uma fetichização da realidade à medida que tem-se a impressão de que são as máquinas que substituem o homem. Como se, por exemplo, aquelas máquinas de banco (caixas eletrônicas) por sua própria atitude conduzissem o bancário até a porta da rua da agência e tomassem o seu posto de trabalho, com suposta eficiência e eficácia maiores.

Aliado a isso, surge também uma outra argumentação que diz respeito ao papel do consumidor que em parte assume esse serviço sem ser remunerado para tal. Vide bancos, postos de gasolina, empacotamento em supermercados, etc.

Tal desenvolvimento das forças produtivas, no entanto, não rebateu de maneira a garantir a essa força de trabalho "liberada", como defendeu Gorz, "viver mais". Ao contrário, observa-se um crescimento cada vez maior da alternativa fatídica do desemprego⁸, seja ele aberto, oculto ou por desalento. O que nada tem a ver com menos

⁸ Para o estudo das teorias do emprego e do desemprego ver: AMADEO, Edward J. e ESTEVÃO, Marcello. *A Teoria Econômica do Desemprego*. São

tempo para atividades fatigantes, entediantes, ou desagradáveis e mais tempo para o desenvolvimento (ou envolvimento) de atividades lúdicas, sejam sociais, de lazer, etc. Ainda tem-se o desemprego enquanto uma "situação de ociosidade involuntária em que se encontram pessoas que compõem a força de trabalho de uma nação" (SANDRONI, 1986). Assim, a liberação da mão-de-obra acaba inevitavelmente sendo sinônimo de desemprego.

O próprio Gorz, já anuncia na sua formulação duas formas de gerir a abolição do trabalho diante da perspectiva de que esta (a abolição) é um processo em curso acelerado. Vale citar por inteiro, mesmo que um pouco longa, esta passagem:

"a que leva à sociedade do desemprego, e a que leva à sociedade do tempo livre."

"A sociedade do desemprego é a que vem progressivamente se instalando sob os nossos olhos: de um lado, uma massa crescente de desempregados permanentes; de outro, uma aristocracia de trabalhadores protegidos; entre os dois, um proletariado de trabalhadores precários, que cumprem as tarefas menos qualificadas e mais ingratas."

"A sociedade do tempo liberado se esboça apenas nos interstícios e como contraponto da sociedade presente: baseia-se no princípio do 'trabalhar menos para todos trabalharem e ter mais atividades por conta própria'. Dito de outra maneira, o trabalho socialmente útil, distribuído entre todos os que desejam trabalhar, deixa de ser a ocupação exclusiva ou principal de cada um: a ocupação principal pode ser uma atividade ou um conjunto de atividades autodeterminadas, levadas a efeito não por dinheiro, mas em razão do interesse,

do prazer ou da vantagem que nela se possa encontrar." (GORZ, 1982:12)

Vale salientar que a sobrevivência, isto é, a reprodução da força de trabalho, ainda se dá em larga medida pelo "trabalho", mesmo que cada vez menos pelo "emprego". Colocando de maneira mais clara, a condição do "não-trabalho" não chegou para a maioria dos trabalhadores.

Observa-se, ao contrário, uma elevação no número de horas trabalhadas. Sem respeitar fronteiras ideológicas ou de nível de desenvolvimento, a elevação na quantidade de horas trabalhadas tem crescido seja nos Estados Unidos, no Japão, ou no Brasil⁹.

Nos países de Terceiro Mundo, nada muito além do desemprego, ou do subemprego, têm surgido ante esse processo incontestado de avanço tecnológico e de aumento na composição orgânica do capital, como já preconizara Marx: cada vez mais trabalho morto em relação ao trabalho vivo. Até aí nenhuma novidade para aqueles que têm alguma familiaridade com "O Capital". Contudo, diferentemente das perspectivas de tempo livre colocadas por alguns autores, observa-se o crescimento de um "exército industrial de reserva" cada vez maior e mais refinado, por assim dizer. Mesmo tendo uma outra composição, este exército de reserva do trabalho continua a cumprir seu papel dentro do processo de acumulação capitalista, enquanto reserva de força de trabalho desempregada ou subempregada, pressionando para baixo a massa salarial e os rendimentos do trabalho em geral. E a expansão do chamado setor informal acaba servindo de fonte de "acolhimento" e "preservação" desse contingente.

⁹ Conforme pesquisa do Bureau of Labor Statistics, divulgada em

A redução dos postos de trabalho tradicionais, o desemprego estrutural e o crescimento de formas alternativas de sobrevivência, acrescido da presença significativa de formas de trabalho precárias, são elementos importantes desse novo cenário.

As transformações no campo do trabalho têm provocado um grande número de situações diferenciadas e, dentre estas, tem sido observado o crescimento da denominada economia informal. Contudo, diferentemente daquilo que Marx propugnava ao falar de "atividade por conta própria" enquanto forma de domínio pelo trabalhador da sua função produtiva, desde sua concepção até sua execução, aquele que se convencionou chamar, atualmente, de trabalhador "autônomo" (como muitas vezes o informal se auto-classifica ou é classificado), encontra-se subordinado, mesmo que indiretamente, à estrutura determinante e dominante do capital, e de maneira tal que seu ofício apenas à primeira impressão apresenta reais características de autodeterminação.

2. O Fenômeno da Informalidade na Economia

Tratar da informalidade na economia é tratar de uma discussão impregnada por uma dualidade presente desde os tempos mais remotos e da qual, por mais que tenham sido implementados esforços no sentido de uma libertação dessa tradição dual, não se tem verificado muito sucesso até então.

Se antes, ao tratar do tema, buscava-se sustentação na referência ao moderno e ao tradicional, a fuga para formal e informal não eliminou o caráter dual da questão e também não a isenta de uma conotação de negação. A definição do que é a partir do que não é. Assim, o informal acaba por se constituir por aquilo que não é formal. Além de prender-se a uma caracterização ante a dificuldade em formular um conceito.

Vale, contudo, salientar que a dimensão de informalidade está de tal forma encarnada no meio econômico que a distinção entre o formal e o informal, por vezes torna-se difícil. Para alguns estudiosos, a exemplo de Malaguti, ela é até impossível¹⁰; ou então traduz-se num exercício metodológico e de análise da realidade, que admitindo as dificuldades inerentes ao campo analisado, permite-se alguns recortes capazes de distinguir dentro dessa dimensão segmentos perceptíveis empiricamente, de maneira a buscar uma aproximação maior dessa dada realidade. Tais digressões não são, na análise a que nos propusemos, menos importantes ou pobres, apenas encarnam uma limitação imposta pela própria natureza do objeto em estudo.

¹⁰ Malaguti (1997)

Observa-se a presença de relações ou aspectos de informalidade inclusive em outras relações ou atividades que a princípio poderiam ser a melhor representação do que se tem convencionado chamar de economia formal. Ou por outra, o contrário: relações e/ou aspectos de formalidade em relações e/ou atividades tipicamente tidas como informais.¹¹

O professor Luis Antônio Machado¹², ao abordar o tema alerta que:

*"os vários sentidos atuais da noção de informalidade apontam todos, e é essa a força e é isso que permite que a noção de informalidade se generalize e se trivialize, apontam para o que parece uma transição para novas formas, **novos processos e novos circuitos de extração da mais-valia**, transição que aprofunda a heterogeneidade do mundo do trabalho, isto é, o uso da noção de informalidade não precisa ser criticado, não precisa ser abandonado, porque ele, justamente, indica algo que é absolutamente necessário para o entendimento da situação atual que é um processo de intensa heterogeneização do mundo do trabalho. Essa é a dificuldade existencial e a dificuldade conceitual associada a essa generalização da noção de informalidade."*(MACHADO,1999 - grifos nossos)

Assinala ainda algumas outras características dessa dimensão que é a informalidade apresentando-a como algo ao mesmo tempo "frágil", "fugidia" e "barbaramente agressiva". Uma atividade, enfim, que se articula de forma a não permitir que recaia sobre ela qualquer tipo

¹¹ Exemplos que ilustram essa penetração de um mundo noutro podem ser observados em Malaguti(1997)

¹² Em palestra proferida no II Seminário sobre Viabilidade Econômica do Setor Informal, realizado no BNDES, Rio de Janeiro ,em 30/07/98.

de controle estrito ou que lhe possibilite ser (de todo) apreendida.

Assim, ao tratarmos do setor informal estaremos na realidade penetrando num determinado campo, abordando um segmento, o qual, a partir de uma dada caracterização representa uma parte dessa dimensão mais abrangente. Parte, recorte esse, contudo, que tem tomado relevância cada vez maior, exigindo inclusive um exercício grande de reflexão e teorização no sentido de apreensão dessa realidade.

O simples deslocamento pelas ruas e avenidas dos centros urbanos¹³, independente do tamanho destes ou mesmo da sua localização espacial, tem possibilitado a observação de uma realidade conflitante e instigante, que é a proliferação acelerada da economia informal. Quem prognosticava a reversão da tendência da informalização para a década de 90¹⁴, acabou tendo de acompanhar, ao contrário do esperado, sua trajetória ascendente.

Fácil deduzir, que essa trajetória se deva à exclusão do homem do campo e seu constante deslocamento para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades. E mesmo que isso hoje venha sendo contestado, ou relativizado, como se pode perceber através da discussão sobre o retorno ao campo, pelo processo de ruralização ou agralização¹⁵, essa característica ainda se constitui como uma das justificativas para o ingresso nesse setor.

¹³ Não nos referimos exclusivamente aos "camelôs" ou às atividades do setor terciário, apenas utilizamos a alusão à "rua" enquanto ilustração das atividades informais no seu conjunto, algumas delas menos visíveis do que estas.

¹⁴ Ao analisar a evolução dos indicadores de emprego e salários na conjuntura do final da década de oitenta, o autor aponta que observar-se-ia para "1990 a reversão da tendência de informalização verificada na economia brasileira desde 1987 e acirrada entre 1988-89". Carneiro (1990)

¹⁵ Essa discussão pode ser observada através de trabalhos feitos por José Graziano da Silva e Jurandir Antonio Xavier, entre outros.

Um outro elemento que estimula o crescimento de tal segmento é a "facilidade à entrada" no setor ou a quase inexistência de barreiras à entrada. Por ser precipuamente um setor da economia caracterizado pela utilização de pouco capital, uso de tecnologia pouco sofisticada, às vezes até rudimentar, utilização de mão-de-obra familiar, etc, torna-se extremamente facilitado o acesso a ele, principalmente quando comparado a outros setores, onde a sofisticação técnica e a qualificação pessoal se tornam exigências desestimulantes. Mesmo que as estatísticas demonstrem que torna-se igualmente fácil, por essa mesma razão além de outras mais, a saída ou a não permanência, e principalmente a rotatividade verificada internamente. Constituindo-se, assim, em um espaço de alta mobilidade interna.

Necessário faz-se considerar ainda o desemprego¹⁶ que expõe milhares de famílias às agruras do mercado. Assim que os trabalhadores impossibilitados de consolidarem uma carreira profissional, de galgarem cobertura previdenciária, de terem amparo junto à Justiça do Trabalho, lançam-se em busca de "alternativas de sobrevivência".

A título de ilustração, podemos observar a redução verificada, em especial, a partir da década de oitenta no número do pessoal ocupado na indústria brasileira:

¹⁶ A taxa de desemprego no Brasil, conforme o IBGE, registrou em março um percentual de 8,1%.

| Quadro 01 | | | |
|-----------|-------------------|-----------------|-------------------------------|
| Ano | No. de Indústrias | Pessoal Ocupado | Pessoal Ocupado por Indústria |
| 1920 | 13.569 | 293.673 | 21,6 |
| 1940 | 49.418 | 781.185 | 15,8 |
| 1950 | 92.350 | 1.279.184 | 13,8 |
| 1960 | 110.771 | 1.799.376 | 16,2 |
| 1970 | 164.793 | 2.699.969 | 16,3 |
| 1980 | 226.306 | 5.720.006 | 25,2 |
| 1985 | 207.157 | 5.608.704 | 27,0 |
| 1990 | 191.315 | 5.464.436 | 28,5 |
| 1995 | 208.806 | 4.906.524 | 23,4 |
| 1996 | 211.778 | 4.751.422 | 22,4 |

Fonte: Relatório do Dieese, 1999; adaptado por Olga L. Matos

Vale salientar que a cada ano uma nova leva de pessoas em idade ativa é lançada no mercado, numa média de 1.400.000 pessoas/ano¹⁷. Não havendo criação de novos postos de trabalho formal para todo esse contingente, principalmente daqueles com as "garantias" do emprego com carteira assinada, parte significativa dessa mão-de-obra, acaba se vendo obrigada a buscar guarita em atividades "autônomas", "por conta própria", "informais".

Dessa forma, o setor informal tem sido um dos mais significativos receptores da mão-de-obra expulsa do campo e não absorvida pelo setor formal, que exige maior qualificação (que hoje em dia, na maioria das vezes, está ligada a uma maior "certificação"), assim como também absorvedor da mão-de-obra expulsa dos postos formais de emprego pelo processo de reestruturação produtiva, que não encontra nova alocação, e mesmo de parte dessa mão-de-obra "nova" que a cada novo período bate à porta do mercado buscando alocação.

Dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE demonstram que as taxas de desemprego aberto referentes ao ano de 1996 ficaram em torno de 19,6% (de janeiro a

¹⁷ Relatório Dieese, 1999.

novembro de 1996), superiores às do mesmo período do ano anterior. De que, ou como, veio a sobreviver essa população? Salama (1996), fazendo uma relação com o plano de estabilização da era do Real e pautado em dados publicados pelo jornal "O Estado de São Paulo", ressalta que o emprego formal (considerado o período compreendido entre junho de 1994 e junho de 1995) cresce apenas 0,77%, mesmo que a taxa de crescimento industrial tenha sido elevada (em torno de 10%). Concomitantemente, o emprego informal assalariado aumenta 17% e o informal, "por conta própria", aumenta 9%.

Analisando o papel das pequenas e médias empresas (PeME)¹⁸, Montañó (1999) ressalta a sua relevância econômica por constituir algo próximo a 80% das unidades produtivas em geral, baseando-se em dados do CEBRAE-IBGE e por responder por 20% do PIB, conforme dados do SEBRAE. Ademais, o autor chama a atenção para a sua relevância social à medida em que são responsáveis por 60% do contingente de trabalhadores ocupados, também conforme dados do SEBRAE, e ainda refere-se à sua relevância política

"na medida em que se mostra um universo potencial e contraditoriamente substantivo: por um lado pode se transformar em sujeito político a partir da sua autopercepção e assunção como categoria socioeconômica e, por outro, dessangra e atomiza a massa trabalhadora assalariada" (MONTAÑO, 1999:10)

¹⁸ O autor define a pequena e média empresa (PeME) a partir da categoria "composição orgânica do capital", considerando-a enquanto socioeconomicamente e politicamente definida "uma organização empresarial-produtiva pela sua dimensão mais que por sua complexidade ou formalização".

Segundo Malaguti (1996), reportando-se a "vários organismos oficiais e não-oficiais", 1/3 dos brasileiros dependem de "biscates ou outros tipos de trabalho precário" para garantirem sua sobrevivência. Herbet de Souza (1989) considera que "mais de 50% da população economicamente ativa do país pertence de alguma forma à economia submersa".

Vale, contudo, observar que o fenômeno da informalidade dentro da economia não é um privilégio dos países subdesenvolvidos ou terceiro-mundistas, como preferimos. Nem tampouco pode ser considerado um fenômeno da Pós-Modernidade, uma situação nova, por assim dizer. A informalidade tem sido um fenômeno de largo alcance atingindo países de todos os matizes políticos e econômicos e há muito tempo persiste enquanto forma "marginal"¹⁹ de sobrevivência de largas faixas da população mais carente. Mais recentemente, com as mudanças ocorridas no "mundo do trabalho", as atenções voltaram-se para essas formas alternativas de sobrevivência e reprodução da força de trabalho não inseridas diretamente no ambiente fabril ou inseridos neste ambiente via subcontratação.

¹⁹ Sobre essa questão, ver texto de Helga Hoffmann: "Os grupos marginais e o processo de desenvolvimento". (HOFFMANN, 1977)

Capítulo Segundo

Considerações Conceituais Sobre o "Setor Informal"

Introdução

Este capítulo objetiva fazer um *détour* pelo uso do termo "setor informal", partindo da sua origem e levantando algumas das principais polêmicas acerca dessa categoria num resgate da sua trajetória.

Parte-se de uma constatação: a imprecisão do termo e de seu uso. Tal imprecisão pode ser observada desde a delimitação do termo até sua definição. Quanto à sua delimitação, não raro encontra-se na literatura a referência a termos como economia informal, mercado informal e setor informal utilizados indiscriminadamente, como se sinônimos fossem. Para não dizer de uma profusão pouco ou nada disciplinada de expressões que buscam referir-se a essa dada realidade, o que talvez permitisse supor que alguns prejuízos ao entendimento da categoria decorram justamente dessa confusão.

Assim, nesse exercício inicial, busca-se resgatar uma discussão bastante presente no final da década de setenta e que agora retoma o interesse de diversos segmentos - academia, ONGs e mesmo a esfera do estado - movida, em parte, pelo processo de reestruturação produtiva implementado nos anos recentes que vem promovendo mudanças significativas principalmente na esfera do trabalho, que é o caso da informalidade na economia, em específico, o setor informal urbano.

Não se pretende fazer aqui uma revisão bibliográfica exaustiva, pois trata-se de um termo relativamente recente, datado do início da década de setenta, com o

relatório da OIT para o Quênia. Além do que, por absoluta falta de consenso nesse campo, na maioria das vezes observa-se uma aproximação através de pesquisas empíricas ou observações que correspondem muito mais a definições operacionais do que a um conceito firmado e reconhecido.

Além do que a realidade desse segmento é por demais movediça e se modifica com uma rapidez admirável, tornando as pesquisas instrumentos limitados.

Ressentimo-nos também de um trabalho de sistematização do material produzido até então. A maioria ainda figura em textos apresentados em encontros de área, sendo poucos os livros publicados a respeito do assunto com tratamento mais teórico do tema. Quando não é esse o caso, deparamo-nos com dissertações e teses²⁰ que enfocam estudos de caso ou especificidades que mesmo tendo sua importância, não preenchem as lacunas no campo da discussão conceptual e teórica existentes.

Destarte, pretendemos aqui trazer à tona um pouco dessa discussão elegendo alguns textos e autores que julgamos importantes, deixando alguns outros, tão ou mais importantes de fora, pela própria limitação desse exercício.

²⁰ Exemplo disso, são os trabalhos NASCIMENTO(1996) e FAGUNDES (1992), no caso de Feira de Santana e Salvador respectivamente.

1. Imprecisão Conceptual

Categorias de análise como essa - o setor informal - que surgem de uma dada realidade e que tentam projetar-se para um universo maior incorrem em problemas de difícil desvencilhamento. Dificuldades que são inerentes ao caráter teórico-prático destas e decorrentes da alta heterogeneidade presente na sua configuração.

Dessa forma, uma primeira questão que se apresenta a ser observada dentro dessa problemática diz respeito ao arcabouço conceptual da categoria. Não raro defrontamos com indefinições e imprecisões que podem trazer prejuízos ao estudo do tema. O que justifica uma incursão a parte do que já foi produzido acerca dessa discussão conceptual, procurando abrir esse leque de formulações e investigar seus limites, seus distanciamentos ou intersecções existentes. Ou mesmo, como afirma Malaguti, referindo-se a Coing:

"a existência de uma economia 'informal' apresenta-se ao pesquisador (Coing) como um espaço social desconhecido - ou de conhecimento duvidoso - onde um conjunto de atividades remuneradas são exercidas" (Malaguti, 1993).

Rebuscar esse espaço "desconhecido", essa verdadeira "caixa preta", buscar entender seus *nexus* e configurações, seria um de nossos objetivos nesse aspecto.

Além disso, verifica-se ainda essa inconsistência muito grande no uso de categorias diferenciadas como setor, mercado e economia informal, muitas vezes de forma sinonimizadas, o que - não raro - provoca distorções incomôdas.

É comum observar-se a definição do informal, contrastando-o em relação ao Estado e à ordem econômica estabelecida, de forma a considerar informal todas as atividades que escapam ao controle dessa ordem, podendo ser ilegais ou não. Nesse caso, a diferença que se estabelece não é estritamente de ordem econômica, mas leva em conta, sobretudo, a ação do Estado ante tais atividades: reguladora ou repressiva. (Herbert de Souza, 1989).

Outras vezes, no entanto, observa-se uma opção por definições que partam de uma diferenciação frente ao setor formal. Esse recurso é largamente utilizado, inclusive nas estatísticas oficiais. Assim, o informal é identificado, por exclusão ou oposição, como aquele que não é formal. É, como já colocamos, a definição (negativa) do ser a partir do não ser.

Por fim, haveria algumas outras que procuram se basear nas características intrínsecas do empreendimento informal, de maneira que a percepção do *modus operandi* do setor informal dá-se muito mais em função da sua dinâmica interna, à medida que o seu arcabouço de características cuja lógica de operação está muito mais voltada justamente para a consecução e manutenção de uma internalidade. Usualmente utiliza-se como característica primordial a facilidade à entrada, ou seja, poucas barreiras; a baixa capitalização; o uso de tecnologias arcaicas; o emprego de mão-de-obra familiar; a falta de crédito; etc. como características - que acabam por formular a definição - do aqui estamos a chamar de setor informal.

Afora essa imprecisão quanto ao objeto de análise, ainda há uma profusão não muito disciplinada de expressões usadas para designar esse "ambiente": economia

subterrânea, economia oculta, economia submersa, economia invisível, economia irregular, economia negra, setor desprotegido, setor não-estruturado, setor clandestino, setor não-organizado, setor tradicional, mercado submerso e até mesmo trabalho negro (lavoro nero, uma das expressões usadas na Itália, conforme Cavalcanti(1987)), entre outros²¹.

A discussão travada por Herbert de Souza no seu texto "*Economia Submersa, Solução Perversa*" alerta para a dificuldade de definição dessa categoria ao colocar que "*a economia submersa, invisível ou informal, tem tantas denominações quanto definições*" (Souza,1989), referindo-se ao vasto leque de vocábulos que tentam dar conta do conceito, assim como do universo de atividades que abarca.

Vale salientar que tal "indisciplina" quanto ao uso do termo não se restringe aos escritos de produção nacional, mas é um problema que pode ser observado indistintamente, em trabalhos de escritores das mais diversas tradições teóricas ou nacionalidades.

²¹LAUTIER(1994:12) traz um quadro representativo dessa profusão de termos:

| Termos empregados para designar as atividades que fogem às normas legais e estatísticas | |
|--|-------------------------|
| Economia não oficial | Economia não observada |
| Economia não declarada | Economia encoberta |
| Economia dissimulada | Economia subterrânea |
| Economia submersa | Economia clandestina |
| Economia submarina | Economia secundária |
| Economia paralela | Economia dual |
| Economia alternativa | Economia oculta |
| Economia autônoma | Economia negra |
| Economia cinzenta | Economia irregular |
| Economia marginal | Economia periférica |
| Contra-Economia | Economia do homem |
| Economia invisível | Economia informal |
| Economia ilegal | |
| Economia não registrada | D'après [Willard, 1989] |

Ver também Cavalcanti (1987), e Souza (1989)

Para Cavalcanti (1987,p.500), essa variedade de expressões não significa uma ação irresponsável ou um desconhecimento completo acerca do objeto, os que as empregam sabem " mais ou menos" do que estão falando e buscam registrar

" a natureza da vida sócio-econômica, com seus contrastes palpáveis e, não raro chocantes: de um lado, os shopping centers modernos, carregados de apelos ao consumismo; do outro lado, as pequenas ruas apinhadas de tabuleiros(sic), camelôs, bazares e barracas, cujos responsáveis anunciam em pregão suas mercadorias, enfrentando chuva, sol e congestionamento humano"(grifo no original) (CAVALCANTI, 1987:500).

A nós nos parece que tais expressões e seus usos não refletem apenas essa contradição e dicotomia riqueza/pobreza (linha, inclusive, dominante em boa parte dos textos da década de 70), mas também refletem posições que consideram a dimensão jurídica como **divisor de águas**, o invisível, o subterrâneo, o submerso, correspondem àquilo que está abaixo, à margem da ordem estabelecida, da ordem vigente, daquilo que é legal, lícito.²²

É recorrente nos textos acerca do Setor Informal a concordância no que concerne a esse problema que aqui nomina-se imprecisão conceptual. Contudo, são poucos os trabalhos que buscam discutir mais profundamente esses limites e inconsistências, até porque isso importaria ou sugeriria uma outra tarefa não menos árdua, um trabalho ulterior de reconceptualização.

Uma segunda questão que se apresenta diz respeito à caracterização desse setor da economia composto de uma

²² Ver Souza (1989)

diversidade impressionante, abarcando atividades, desde as desenvolvidas pelo ambulante, pelo artesão, pelos trabalhadores por conta própria, e para alguns autores, até as atividades do campo da contravenção.

Categorias como a que nos reportamos onde observa-se uma relação inversamente proporcional muito intensa entre compreensão do conceito e o domínio de aplicação do mesmo, ou seja, onde por haver uma dificuldade grande de estabelecer a intensão ou conotação do conceito²³, ou ainda onde existe uma dificuldade grande em se definir o conjunto das propriedades e relações que definem o conceito, observa-se um crescimento da sua extensão ou denotação, isto é, um leque aberto dos objetos ou seres aos quais se pode aplicar o sujeito²⁴, apresentando dificuldades no domínio do conceito.

Vale salientar ainda que a preocupação central na abordagem dos "conceitos" para esse trabalho é, em primeiro lugar, buscar situar, estabelecer uma relação entre o campo teórico e campo prático. Trabalhar o uso de conceitos e sua concretude na realidade investigada. Além disso, poder situar a categoria em uso no trabalho: "setor informal", nesse meandro.

²³ Por conotação (intenção, compreensão) do conceito entende-se "o conjunto das propriedades e relações que definem o conceito" ou sua caracterização; por denotação (extensão, domínio de aplicação) do conceito entende-se o "conjunto de todos os objetos ou seres aos quais se pode aplicar o conceito; é a classe dos indivíduos possuidores de um conjunto de propriedades que o caracterizam" (MENDONÇA, 1994)

²⁴ Ver sobre esse assunto: MENDONÇA (1994); PRADO JR. (1968); ALTHUSSER (19?)

Conforme MENDONÇA (1994:15),

"Os conceitos são construções lógicas, estabelecidos de acordo com um quadro de referências. Adquirem seu significado dentro do esquema de pensamento no qual são colocados." (MENDONÇA, 1994:15)

De maneira que,

"O conceito é uma palavra que expressa uma abstração formada pela generalização a partir de específicos. O primeiro requisito é que reflita corretamente as forças que operam realmente no mundo; que se utilize o termo mais adequado, capaz de expressar através de seu significado o que realmente ocorre na realidade empírica."(MENDONÇA, 1994:16)

"No processo de comunicação, (...) a função dos conceitos é a de representar a realidade ou aspectos da realidade." (MENDONÇA, 1994:16)

Considerando ainda que:

"Os conceitos são elementos-chaves para relacionar os aspectos teóricos com as conseqüências empíricas; resulta daí a necessidade de analisar a lógica da formulação dos conceitos históricos e sua relação com os fatos ocorridos na realidade"(MENDONÇA, 1994:24)

Para o presente trabalho estaremos nos dedicando ao estudo daquilo que consideramos "setor informal", enquanto um segmento da economia que abarca atividades tanto da indústria, como do comércio e da prestação de serviços. De forma que não estamos acatando como definidor ou separador de águas entre o formal e o

informal o reconhecimento jurídico, ou o seu critério de legalidade e sim um conjunto de elementos que dão conta da configuração do conjunto das unidades econômicas analisadas.

Para delimitar o "setor informal" consideramos, para efeito dessa pesquisa, cujo grupo social correspondente, sua extensão, são pessoas, famílias, grupos ou associações que desenvolvem algum tipo de atividade econômica voltada para o mercado, remuneram pelo menos um dos fatores de produção.

Além disso, observa-se nesse "grupamento" a alocação significativa de mão-de-obra familiar ou de auxiliares.

2. Acerca da Origem do Termo e de sua Trajetória.

Mesmo que a informalidade na economia não possa ser considerada uma manifestação nova, o termo "setor informal" só passou a ser incorporado ao nosso vocabulário a partir de 1972, quando da publicação do Relatório do Quênia, feito pelas Nações Unidas, através da OIT - Organização Internacional do Trabalho intitulado Employment, Income and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment.

Nesse relatório usava-se a expressão "setor informal" para referir-se às atividades não tradicionais, ou identificadas como "novas formas de produção, diferentes das tradicionais".

Foi também nesse material feito referência ao "setor formal" e então essa categoria dominava a definição. Já se percebia a referência ao informal enquanto categoria de negação. Duplamente: em relação àquilo que foi tido enquanto formal e àquilo que se considera(va) tipicamente capitalista. "Setor Informal" passou a significar aquilo que não é formal e aquilo que não apresenta nas relações uma forma/manifestação tipicamente capitalista. Baseando-se na relação capital/trabalho.

Observa-se, contudo, que a expressão "economia informal" já tinha sido cunhada anteriormente e segundo Fagundes, (1992), não havia muito tempo.

"A expressão economia informal, então utilizada pela OIT, havia sido introduzida no ano precedente, num estudo sobre Gana, apresentado por Keith Hart numa conferência sobre o desemprego urbano na África. De acordo com SETHURAMAN (1976), o conceito aparece reportando-se basicamente à forma de organização da produção e tendo como unidade de análise o estabelecimento produtivo" (Fagundes, 1992:30 -Grifo nosso.)

A partir de então o termo passou a ser usado enquanto definição de uma realidade comum (quase natural) aos países de terceiro mundo.

O trabalho desenvolvido pela OIT, através do Programa Mundial de Emprego, tinha como objetivo "avaliar a evolução do emprego e da renda nos países em desenvolvimento com ênfase naqueles em que o Estado tinha implementado um processo rápido de industrialização." (CACCIAMALI, 1990:832)

Destes estudos um dos que atingiu uma maior projeção foi justamente um dos primeiros, sobre a realidade do Quênia, servindo de fonte inspiradora para os demais.

Para Cacciamali (1990), uma das grandes contribuições desse diagnóstico do Quênia, foi "desenvolver uma tipologia alternativa, denominada de setor formal/informal, para o aporte teórico e operacional dual clássico, que era freqüentemente utilizado, até então, para os países por meio de dois setores: moderno e tradicional" (CACCIAMALI, 1990:832)

No Relatório da OIT, já citado, foi denominado de setor informal o conjunto de atividades que se diferenciavam das tidas como comuns, como aquelas que "naturalmente" se desenvolvem no sistema capitalista.

Mesmo tendo sido bastante rebuscada nas décadas de setenta e nesse período mais recente, não o foi o bastante para diminuir de maneira significativa a sua imprecisão conceptual. Contudo, avanços significativos foram alcançados desde a sua gênese.

Uma das tentativas de periodização do uso e aplicação do termo setor informal, inclusive chamando a atenção para seus limites é feita por Cacciamali(1990). Segundo a autora, a denominação "setor informal", é usualmente referendada para designar dois fenômenos de natureza distintas:

Um primeiro, que a autora coloca como "*fiel às origens*", define o setor informal como representando "*o conjunto das atividades econômicas em que não há uma separação nítida entre capital e trabalho*". Tal discussão remota a meados da década de setenta. Essa conceituação abarcaria, conforme a autora, produtores diretos de posse dos instrumentos de trabalho e dos conhecimentos necessários que, em conjunto com a mão-de-obra familiar ou com o auxílio de alguns ajudantes, executa e administra uma atividade econômica (trabalhadores por conta própria, prestadores de serviços independentes, vendedores autônomos, pequenos produtores e comerciantes e os respectivos ajudantes, sejam estes familiares ou contratados).

O setor formal, nesse caso, corresponderia ao "*conjunto das atividades organizadas de forma tipicamente capitalista*" (atividades do Estado e todas as firmas que operam com base no trabalho assalariado, nas quais as atividades de gestão e de produção ou da prestação de serviço encontram-se separadas, independente do tamanho de tais firmas).

recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), em janeiro de 1993, considerando que:

- "para delimitar o âmbito do setor informal o ponto de partida é a unidade econômica - entendida como unidade de produção - e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida;
- fazem parte do setor informal as unidades econômicas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para o autoconsumo;
- as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho enquanto fatores de produção;
- que, embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica e não a seu status legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual; não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levantar resistência junto aos informantes; e
- que a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se de atividade principal ou secundária do proprietário da empresa." (p.XIII)

Operacionalmente, considerou-se na referida pesquisa, que "pertencem ao setor informal, todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até 5 empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias." (p.XIII)

São excluídos do campo de análise "as atividades não agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios rurais", "o conjunto de pessoas ligadas às atividades ilegais e a chamada 'população de rua'" e também "os trabalhadores domésticos - por conta própria ou empregados - ..." (p.XIV)

Para efeito desse estudo foram considerados:

"Proprietários de empresas do setor informal

empregador - pessoa que trabalhava em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica com, pelo menos, um empregado e, no máximo, 5 empregados.

Conta própria - pessoa que trabalhava explorando seu próprio empreendimento sozinha ou com sócio, sem ter empregados e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado .

Empresas do setor informal

Empreendimento, instituição, firma ou negócio, ou ainda, a atividade econômica desenvolvida, individualmente ou com a ajuda de outras pessoas (sócios, empregados ou trabalhadores não remunerados), com ou sem estabelecimento, de propriedade de trabalhadores com até 5 empregados, independentemente do número de sócios e trabalhadores não remunerados. " (p.XXI)

3.3. O setor informal de Salvador: dimensões, natureza, significação. Clóvis Cavalcante e Renato Duarte.

Os autores colocam como uma limitação da pesquisa, que busca abranger o setor sob três ângulos distintos: a oferta de mão-de-obra, da demanda ou do consumo de bens e serviços e da problemática da microunidade produtiva.

"Uma limitação da pesquisa como um todo é a dificuldade de se definir operacionalmente o setor informal. Ao longo das seções anteriores deste capítulo pode-se detectar a presença de uma noção da esfera informal da economia, que se identifica ora com o emprego da população de baixa renda, ora com o departamento não-protégido do sistema de produção, ora com o setor de atividades frouxas, em unidades diminutas e precárias, ora como a válvula de escape encontrada diante dos percalços para a obtenção de emprego, e assim por diante. Quer dizer: sabe-se, mais ou menos o que vem a ser o setor informal. A questão é como, indagando, por exemplo, a uma pessoa onde é que ela trabalha, saber se a ocupação cai ou não no domínio do informal." (p.30)

3.4. PME (Pesquisa Mensal de Emprego) - IBGE

Uma outra fonte de pesquisa constante de onde se pode colher alguns dados acerca desse tema é a PME (Pesquisa Mensal de Emprego), cuja periodicidade é mensal e levanta dados sobre mão-de-obra e rendimento do trabalho, mesmo sendo estes restritos à região metropolitana de São Paulo.

No tocante ao que nos interessa mais diretamente, esta fonte de pesquisa segue as recomendações da OIT e

"objetiva produzir resultados que facilitem a análise de sua série em conjunto com as contas nacionais e que viabilizem a comparação a nível internacional. Assim os procedimentos metodológicos visam separar os indivíduos que trabalham daqueles que não trabalham (os que procuram trabalho e os inativos)."

"O conceito fundamental é o de TRABALHO; significa a OCUPAÇÃO ECONÔMICA REMUNERADA em dinheiro, produtos ou outras formas não monetárias, ou a OCUPAÇÃO ECONÔMICA SEM REMUNERAÇÃO, exercida pelo menos durante 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou a instituições religiosas beneficentes ou em cooperativismo ou, ainda, como aprendiz ou estagiário."

A PME trabalha com o conceito de POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, que compreende AS POPULAÇÕES ECONOMICAMENTE ATIVA E A POPULAÇÃO NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA.

Poder-se-ia ainda recorrer à PNAD (pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) e à PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), a fim de dar continuidade à demonstração da variedade de definições e recortes empíricos que são utilizados para a mensuração e análise desse leque tão heterogêneo de atividades no qual pode ser inserido o setor informal.

4. Setor informal frente à dinâmica capitalista

A discussão acerca do setor informal, sob essa formulação, como já pudemos ver, teve seu início com o Relatório da OIT - Organização Internacional do Trabalho, feito em 1972, sob coordenação de Hart, sobre a realidade do Quênia. Nesse estudo as atividades não tradicionais, ou identificadas como "novas formas de produção, diferentes das tradicionais" foram denominadas de "atividades informais".

A partir de então e , principalmente em função da necessidade de formulação de políticas de emprego, percebe-se uma motivação para uma melhor definição desse ramo da economia. Estudos feitos pelo PREALC²⁵ - *Programa Regional de Empleo para América Latina y el Caribe*, são de fundamental importância no acúmulo de conhecimento acerca do tema, contudo, os estudiosos do PREALC incorriam numa certa dualidade contestada por eles mesmos e atribuída aos frutos do Relatório da OIT. Para tais pensadores, a economia não se dividia em dois setores, um moderno (formal) e outro tradicional (informal), essas duas realidades faziam parte de uma mesma estrutura produtiva, resultado portanto do próprio sistema capitalista.

Outros estudiosos, contudo, buscam romper com essa análise dual. Souza(1980) ressalta que:

²⁵ Ver sobre essa questão Fuentes (1997)

"... o setor informal é também um produto do próprio processo de crescimento das atividades modernas: num contexto de rápido crescimento da força de trabalho, escassez de oportunidades no campo e elevado ritmo de incorporação de progresso técnico nas atividades modernas, o excedente de mão-de-obra 'cria' este novo setor." (SOUZA,1980:130).

Parece, contudo, que mesmo avançando em relação às formulações originais e às formulações do PREALC, Souza, insiste num certo dualismo à medida que passa a adotar como elemento principal de distinção entre os setores formal e informal a natureza das relações de produção que neles são instituídas, colocando que:

"... no setor formal prevalecem as relações capitalista, no sentido de que se distingue a propriedade do capital e do trabalho, e que a produção está dirigida principalmente para o mercado. No informal, por sua vez, em que pese cumprir-se esta última condição, não predomina a divisão entre proprietários do capital e do trabalho e, conseqüentemente, o salário não constitui forma usual de remuneração ao trabalho."(SOUZA,1980:131-32)

Assim compreendemos que existe uma interpretação enviesada da dinâmica capitalista ao se colocar fora dela formas de produção que por não estarem estabelecidas na remuneração através do salário possam ser consideradas "não-capitalistas". A nós nos parece que o setor informal é resultante da própria dinâmica de exclusão/pauperização do sistema, não se constituindo enquanto uma coisa a parte deste.

Para Malaguti, o "mercado informal" é "o espaço econômico onde se efetivam as estratégias de

sobrevivência 'originais' dos estratos sociais de menor rendimento." (Malaguti, 1993, p.23). Mais adiante refere-se ao caráter criativo desse setor apoiando-se em Gonçalves que chama atenção, ao mesmo tempo, para a estreita relação entre miséria e criatividade: "(é no 'setor informal' que se concretiza) 'Este esforço para cavar o pão de cada dia, às vezes literalmente o de comer, (e que) exige enorme perspicácia é uma espécie de sabedoria que somente a carência prolongada é capaz de ensinar'" (Malaguti, 1993, p.23). Indo num sentido exatamente contrário, Maria da Glória Gohn, no seu trabalho *Movimentos, ONGs e Lutas Sociais no Brasil dos anos 90*, ao tratar do mercado informal, refere-se a Francisco de Oliveira, que segundo esta, afirma que "o setor informal não tem imaginação criadora, não detém capacidade de reação própria, é totalmente determinado pelo setor formal e não tem interesse contraditório com ninguém" (Gohn, 1995, p.18).

Ao discutir a Pobreza e Subemprego Urbano no Nordeste do Brasil, Herundina Mota Neto de Mendonça traz sua contribuição para essa discussão colocando o setor informal como uma alternativa de emprego para aqueles que buscam superar o impasse do desemprego urbano, os excluídos do setor formal da economia, que passam a gerar suas próprias formas de ocupação, por meio de mecanismos de subsistência básica.

Ampliando um pouco essa discussão, Maria da Glória Gohn, ao tratar de duas das tendências fortalecidas no cenário social brasileiro nos anos 90, as políticas de parcerias implementadas pelo poder público e o crescimento das ONGs, coloca-as enquanto faces complementares das novas ênfases das políticas sociais contemporâneas, mais especificamente nos países de

Terceiro Mundo. Constituindo-se, ainda conforme a autora, em novas orientações voltadas para a desregulamentação do papel do Estado na economia, e na sociedade no seu todo, transferindo assim responsabilidades do Estado para as 'comunidades organizadas'. Na realidade, conforme a autora, é dessa integração entre o público estatal e o público não-estatal que surge um terceiro setor da economia, no âmbito informal.

"O resultado das novas políticas têm sido uma grande ênfase ao mercado informal de trabalho e uma redefinição de seu papel no conjunto do processo de desenvolvimento social". Coloca ainda que "a promoção do setor informal autoriza, em parte, a retirada do próprio Estado da esfera social" (GOHN, 1995.p.18-9)

Citando o professor, Jaime Pereira Marques, Gohn coloca que:

"... o setor informal não é mais percebido como uma manifestação da pobreza urbana ou do atraso econômico... O setor informal é hoje percebido como uma fonte de riqueza, como um potencial inexplorado de empregos e de rendas, mesmo que o aumento considerável de famílias condenadas a reduzir suas expectativas a meras estratégias de sobrevivência seja, provavelmente, uma das principais causas do crescimento da economia informal" (GOHN, 1995: 19-20).

Assim a autora coloca que invertem-se relações a medida que o informal é apresentado como plataforma para a retomada do crescimento econômico. "As políticas para o setor informal tentam remediar a perda da legitimidade do Estado pois este, ao normatizar sobre aquele setor, faz com que situações informais de trabalho, ou de

*habitação(sic), sejam redefinidas e não mais percebidas como excludentes e negadoras dos direitos de cidadania". Isso fundamenta o raciocínio de que, dessa forma, "o padrão de desenvolvimento que se instaura legitima a exclusão como uma forma de integração. Passa a ser a **exclusão integradora**, modelo perverso de gestão da crise, que recupera a legitimidade política e cria condições para o novo ciclo de crescimento a partir da redefinição dos atores sociopolíticos em cena." (destaques nossos). (GOHN, 1995, p.18-9).*

Não temos aqui a intenção de fazer um estudo exaustivo do papel do Estado ou mesmo discutir sua legitimidade, contudo, parece-nos interessante registrar tal raciocínio sobre o processo de "exclusão integradora" casada com o processo de desenvolvimento engendrado no Brasil para poder entender melhor a inserção do setor informal nessa dinâmica.

Para alguns outros autores, a exemplo do De Soto (1987), diferentemente do que advoga a economia do desenvolvimento que identifica o setor informal como uma disfunção, denotando incapacidade de geração de postos de emprego, e portanto das condições para a reprodução da força de trabalho, esse autor coloca a economia informal não como resultado do tipo ou modelo de desenvolvimento adotado, ao contrário, para De Soto, a economia informal é uma solução para o problema do subdesenvolvimento.

Para Mendonça,

" o setor informal é um universo complexo e heterogêneo, no qual coexistem pequenas unidades de produção e comercialização de bens e serviços em processo de acumulação com outras atividades que apenas geram renda para subsistir muito modestamente, ao lado de

outras em processo de desaparecimento. A heterogeneidade encontra-se, inclusive no interior de cada um desses três grupos, que se destacam segundo distintos graus de organização, diferentes formas de inserção no mercado e variados graus de subordinação ao setor formal."(MENDONÇA, 1991,p.59).

Por fim, para o momento, Herbert de Souza, lembra que ainda "falta estabelecer, além de uma conceituação mais precisa da economia submersa, o seu peso real na economia, assim como suas dimensões sociais, culturais e políticas"(Souza,1989). Mesmo tendo passado alguns anos desde essa observação, ainda são muitas as lacunas nesse sentido e ainda há muito o que mergulhar para perceber os meandros dessa economia submersa.

Partindo da análise que o setor informal tem crescido enquanto absorvedor da mão-de-obra expulsa do campo e não alocada ao setor formal de trabalho, composto ainda por aquele mão-de-obra que é expulsa do setor formal e não realocada, ou mesmo daqueles influenciados pelo "mito" do empresário bem sucedido, observamos que tal setor ao absorver esse contingente do "exército industrial de reserva", funciona enquanto amortecedor de uma crise mais profunda.

O professor Manoel Malaguti (1996), desenvolve a hipótese de que:

"... um crescimento econômico baseado em tecnologias de ponta e numa mão-de-obra altamente qualificada apenas pode efetivar-se, sem maiores tensões sociais, caso o desemprego e a marginalidade social por ele gerados encontrem uma 'válvula de escape'. E esta 'válvula' tem sido a pequena empresa."(MALAGUTI,1996:28)²⁶

²⁶ No âmbito do que se convencionou chamar "pequena empresa",

Além disso, inferimos haver uma relação de subordinação entre o setor formal e informal, ou no dizer de Malaguti (1996), entre os setores marginalizados e a "comunidade do capital".

Mais detalhadamente coloca que

"... existem fortes laços econômicos e políticos entre as pequenas e as grandes empresas, entre as pequenas empresas e a comunidade do capital, entre as pequenas empresas e o processo de legitimação do capitalismo brasileiro. (...). A forma de gestão dos pequenos negócios não é uma característica determinada pelo seu tamanho, nem por uma eventual deformação da personalidade dos seus proprietários ou gestores. Ela é, isto sim, uma 'imposição sistêmica'. (MALAGUTI, 1997:98-99)

Arriscamo-nos, inclusive, a sugerir que em dadas situações, o setor informal serve de laboratório para o processo de acumulação, à medida que testa determinados espaços que depois são dominados pelas grandes empresas.

Outros aspectos nos parece, de imediato, interessantes. Um primeiro é justamente esse caráter meio "esponja" que tem sido atribuído ao setor informal como se este fosse capaz de absorver ou incorporar toda essa enxurrada de trabalhadores. Mesmo essas fronteiras parece que tendem a ser fechadas. Esse limite é colocado pela própria dinâmica capitalista.

Fuentes (1997), levanta como hipótese em seu trabalho onde analisa as possibilidades de o setor informal servir de alternativa de emprego nos anos 90, ante o processo de reestruturação produtiva,

encontram-se experiências tanto formalizadas, quanto informais.

"... que o Setor Informal apresenta mudanças de comportamento durante a década de 90 em relação à década anterior, que podem vir a afetar sua capacidade de absorver os trabalhadores deslocados do Setor Formal." (FUENTES, 1997)

Uma outra questão que está intimamente ligada a esta primeira é o destaque que vem sendo dado ao "mito do pequeno empresário bem-sucedido", seja através das políticas e propagandas governamentais, seja através de órgãos de incentivo, seja através dos programas de recapacitação da mão-de-obra, em especial, resultantes dos programas de demissão voluntária, entre outros. Esse incentivo, ao mesmo tempo que favorece uma contenção de convulsões sociais, vai de encontro à lógica capitalista de concentração e centralização.

Então colocamos enquanto uma resposta imediata à questão fundamental apresentada, ou seja, qual o papel ou caráter do setor informal frente à dinâmica capitalista, que o setor informal tem sido usado como um freio ou um amortecedor de crises mais profundas.

Aliado a isso uma outra questão se impõe. Dessa forma, a responsabilidade pela criação de formas de reprodução da força de trabalho é de alguma forma deslocada para os próprios trabalhadores e não mais para o governo e o próprio capital.

Capítulo Terceiro

A Metodologia da Pesquisa

1. A Cidade de Santana dos Olhos d'Água

1.1. Introdução

Este capítulo tem por objetivo localizar o espaço de ilustração empírica adotado dentro da perspectiva mais ampla do trabalho.

Assim que resgata-se - de maneira sintética - um pouco da história e trajetória da cidade de Feira de Santana, assim como demonstra-se a sua importância enquanto *locus* de desenvolvimento das experiências informais urbanas.

1.2. Breve resgate histórico:

O surgimento e desenvolvimento de Feira de Santana, a "*Princesa do Sertão*"²⁷, têm a marca de - entre outros - dois aspectos muito importantes: o religioso e o comercial.

O religioso nem tanto pela composição do seu povo, que é em sua maioria católico, ainda hoje mesmo com o crescimento de outras religiões, mas pela relação dialética de convivência e disputa entre este e o comércio, dois ambientes do tecido sócio-econômico.

Tais impressões careceriam de um estudo mais aprofundado, contudo não é à toa a presença tão marcante

²⁷ Assim passou a ser conhecida a cidade após uma visita de Rui Barbosa que lhe conferiu essa alcunha.

desses dois aspectos em toda a história da pólis feirense.

Algumas situações da vida cotidiana da cidade podem servir de amparo a essa intuição, a exemplo do que resgata Poppino (1968) ao colocar que:

" ... O povo em Feira de Santana é predominantemente católico e as exterioridades da religião refletem-se no linguajar e em muitos aspectos da vida diária. A maior das organizações sociais do município está aliada direta ou indiretamente à Igreja; o dia santo de guarda mais importante do ano é o de Santana, padroeira do município."
(POPPINO, 1968 p.15)

E mais adiante, refere-se a essa "disputa";

"Parece, todavia, que a maioria dos habitantes de Feira de Santana não é profundamente religiosa, pois que, conquanto respeite os atributos sociais e morais de sua fé, coloca em plano de precedência as atividades rotineiras. Essa situação verifica-se na importância da feira semanal, em tórno (sic) da qual gira tôda (sic) a vida de Feira de Santana e que há mais de um século supera no município as próprias atividades religiosas. Nem a comemoração do Natal, nem as festividades de Santana interferem com a tradicional feira." (POPPINO, 1968 p.15)

Outro exemplo dessa "disputa" entre o religioso e o comercial (dito em alguns momentos: profano) é a realização de festas de bairro, em especial a festa de largo da matriz em homenagem a Nossa Senhora Santana. Ora permitida, ora suspensa.

Contudo, essa "peleja" começa já quando do surgimento da célula de Feira de Santana, em meados do século XVII, quando os donos da Fazenda Sant'Anna dos Olhos D'Água, Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa, ergueram uma capela nos domínios da sua fazenda em homenagem a Nossa Senhora Santana²⁸, que por estar situada em uma localização privilegiada passou a ser freqüentada pelos que trafegavam por aquelas bandas.

Quase que concomitantemente, foi surgindo o comércio de gado bovino, em função também da sua localização, situada na estrada das boiadas. Assim que, de pouso para os transeuntes com suas cargas e boiadas em direção à capital, constituiu-se uma pequena feira para atender às necessidades daqueles que por ali passavam e já daqueles outros que por ali começavam a se instalar. Tal célula mercantil foi tomando proporções de centro de negócios, transformando-se com o passar do tempo em um "entreposto comercial de vida própria"²⁹ e de importância significativa para a região.

O comércio manifestava sua força e o desenvolvimento do aglomerado provocou o desmembramento da vila de Cachoeira, município ao qual estava vinculada, no ano de 1833, passando a cidade em 1873 com o nome de **Cidade Comercial de Santana**. No nome a referência aos dois grandes expoentes da sua criação: o comércio e a religiosidade. E mesmo após a mudança do nome para **Feira de Santana**, numa espécie de simplificação, em 1938, tal característica ficou preservada, afinal a "feira" é um ambiente comercial, forte referencial do processo

²⁸ Nossa Senhora Santana, que conforme o catolicismo seria a mãe de Maria, e pela religião afro-brasileira, na Bahia, é Nanã, é festejada a dia 26 de julho (dia da avó), feriado municipal.

²⁹ Ver Poppino (1968), p.12

comercial inspirador e propulsor da cidade de Nossa Senhora Santana.

1.3. Evolução e Importância Econômica

"... a economia de Feira de Santana está firmemente fundada na pecuária, na agricultura, no comércio e na indústria. Tal situação é notável na Bahia, onde a maioria das regiões sofre os efeitos de uma longa tradição de monocultura, derivando suas rendas de um único produto.(...) A natureza complexa da economia municipal, todavia, não se deve à previsão do povo de Feira de Santana, mas, de fato, à feliz situação geográfica do município, na convergência de estradas na Bahia." (POPPINO, 1968 p. 12-13)

Tal importância do comércio foi mantida e hoje, mesmo tendo visivelmente "deixado de crescer" e tendo perdido um pouco dessa sua altivez, a cidade ainda guarda referência à medida que faz a ligação da capital às demais regiões do estado, assim como interliga o estado da Bahia a diversos outros, através das rodovias federais e estaduais que cortam o município: BR-324, BR-101, BR-116, BR-407, BR-242, BA 052.

O município de Feira de Santana, que recebe o mesmo nome da cidade sede, é composto pela cidade e por mais sete distritos, quais sejam: Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro (antes Ipuauçu), Humildes, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria (antes São José das Itapororocas) e Tiquaruçu (antes São Vicente).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Sendo considerada a Segunda cidade do estado, em importância, com uma população de 450.487 habitantes³⁰, mais de 80% dessa população concentrada na zona urbana³¹, a cidade sustenta uma taxa de concentração de renda relativamente alta, sendo, contudo, próximo da média do país, como demonstra o índice de Gini, onde Feira de Santana registra 0,6214 e o Brasil 0,6366³², isso para o ano de 1991.

O município tem uma área de 1.344Km² e fica a uma altitude de 234m. O clima da região é seco sub-úmido e úmido sub-úmido e sua vegetação predominante é a caatinga. São dois os períodos chuvosos: de abril a junho e de setembro a dezembro, com uma precipitação média anual de 900 - 1.400mm e uma temperatura média anual de 24,1°C.

Sua economia está pautada na pecuária, na agricultura, no comércio e na indústria. Desde o seu surgimento, entretanto, o comércio exercer influência predominante.

Situado na microrregião homogênea que recebe o mesmo nome do município, Feira de Santana caracteriza-se por ser um pólo de atração na região, tendo na sua composição populacional pessoas das mais diversas cidades e regiões baianas. A tabela 01 denota o poder de atração exercido pela cidade principalmente na década de 70, quando observa-se uma inversão na relação população urbana/população rural. Vale salientar, entretanto, que esse não se constitui enquanto um fenômeno local. Em

³⁰ Cf. Contagem da População - IBGE, 1996.

³¹ Cf. o Censo Demográfico - IBGE, 1991, quando a população total do município correspondia a 405.691 habitantes, 86,1% desse total se concentrava na zona urbana (349.273 hab.), sendo que 13,9% residiam na zona rural (56.418 hab.).

³² Cf. Censo Demográfico - IBGE, 1991.

trabalho sobre a questão urbana OLIVEIRA(1996) apresenta esse fenômeno em nível nacional³³.

Tabela 01
Evolução da População do Município de Feira de Santana - 1950-1996

| Anos | População Total | População Urbana | % | População Rural | % |
|------|-----------------|------------------|-------|-----------------|-------|
| 1950 | 107.205 | 34.277 | 31,97 | 72.928 | 68,03 |
| 1960 | 141.757 | 69.884 | 49,30 | 71.873 | 50,70 |
| 1970 | 190.076 | 134.263 | 70,63 | 55.813 | 29,37 |
| 1980 | 291.504 | 233.905 | 80,24 | 57.599 | 19,76 |
| 1991 | 405.848 | 348.973 | 85,98 | 56.875 | 14,02 |
| 1996 | 450.487 | 393.943 | 87,45 | 56.544 | 12,55 |

Fonte: IBGE - Censos Demográficos - Bahia, 1950 a 1991. Contagem Populacional - 1996
In: FREITAS (1998,p.125).

Em Feira de Santana registra-se, conforme FREITAS(1998,p.127) para a década de 70 um elevado nível de migrantes. Mesmo sendo esta uma característica presente na formação da cidade ao longo do tempo, esse período destaca-se por ter 30,77% da sua população composta de migrantes.

Além disso, mesmo mantendo sua característica histórica de cidade comercial, que propicia a multiplicação de atividades informais, sendo esse já um traço que lhe é peculiar, a cidade de "Santana dos Olhos D'Água", teve na década de 70 implantado o Centro Industrial do Subaé (CIS), instituído sob a forma de autarquia municipal a 14 de dezembro de 1970, contando já em 1985 - quando foi concluído o Plano Diretor do CIS - com 48 empresas e tendo hoje já ultrapassado o número de

³³ Conforme tabela em Oliveira, 1996.
População Urbana e Rural no Brasil - 1940/1991

| Ano | População Rural | | População Urbana | |
|------|-----------------|-------|------------------|-------|
| | Nr. Absolutos | % | Nr. Absolutos | % |
| 1940 | 28.356.133 | 68,76 | 12.880.182 | 31,24 |
| 1950 | 33.161.506 | 63,84 | 18.782.891 | 36,16 |
| 1960 | 38.767.423 | 55,33 | 31.303.034 | 44,67 |
| 1970 | 41.054.053 | 44,08 | 52.084.984 | 55,92 |
| 1980 | 38.566.297 | 32,41 | 80.436.409 | 67,59 |
| 1991 | 36.041.633 | 24,53 | 110.875.826 | 75,47 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Sinopse preliminar do Censo demográfico

100 empresas, que volta e meia jogam para as ruas e calçadas inúmeros trabalhadores que buscam seu sustento na informalidade, tornando-se, dessa forma, um rico ambiente de estudo desse fenômeno.

Sobre a importância da indústria no processo de urbanização da cidade, o trabalho de dissertação de FREITAS (1998), é bastante elucidativo ao demonstrar que mesmo tendo sido um elemento importante, a indústria não conseguiu em Feira de Santana se sobrepor ao comércio, seguindo uma rota diferenciada das experiências de urbanização tradicionais, onde a cidade administrativa dá lugar à cidade comercial e em seguida esta prepara o espaço para a cidade industrial.

1.4. A cidade e o setor informal

Pela sua característica de pólo de atração, Feira de Santana, constitui-se num espaço fértil para o desenvolvimento de atividades informais. Sua localização facilita a entrada e saída de mercadorias e sua "vocaçãõ" para o comércio desde seus primórdios acaba por favorecer o desenvolvimento destas atividades que têm nos setores secundário e terciário seus espaços mais significativos.

Conforme os dados da pesquisa de campo realizada e que será mais detalhadamente apresentada nos capítulos seguintes deste trabalho, 61,87% dos entrevistados desenvolvem atividades de comércio, 23,48% das atividades são de serviços, 13,13% de indústria e apenas 1,52% de artesanato. Tais dados ressaltam a importância do comércio na Cidade de Santana, dentro desse universo pesquisado.

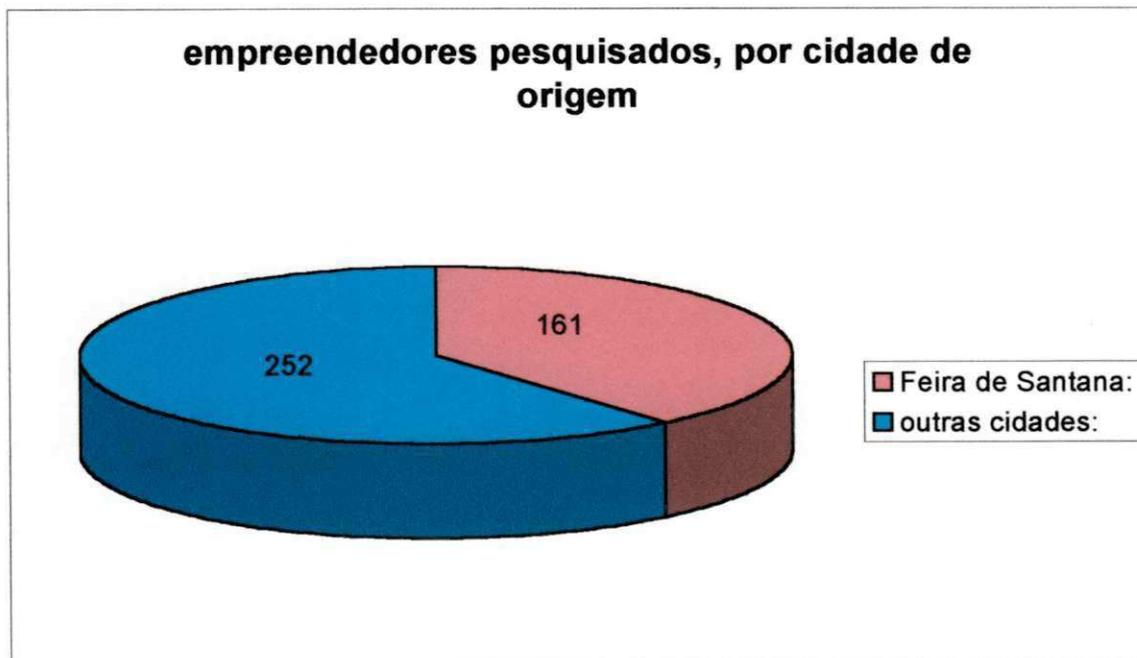
Tabela 02
Ramo de Atividade do Negócio – F. de
Santana - 1998

| Ramo | Quant. | % |
|--------------|------------|---------------|
| Indústria | 52 | 13,13 |
| Comércio | 245 | 61,87 |
| Serviços | 93 | 23,48 |
| Artesanato | 6 | 1,52 |
| Total | 396 | 100,00 |

2 Sem Informação
 Fonte: Pesquisa de Campo

A pesquisa também confirma o poder de atração da cidade e o quanto o setor informal absorve da mão-de-obra migrante. Conforme foi constatado 61,02% dos pequenos empreendedores informais são de outras 116 cidades diferentes.

Gráfico 01



cidade vem enfrentando problemas, o poder de atração da cidade ainda pode ser verificado. Pela tabela 05, constata-se que o tempo de moradia em Feira de Santana, daqueles que se originam de outras localidades varia de 0 (zero) a mais de 30 (trinta) anos em percentuais muito próximos, com uma acentuação maior para o início da década de oitenta (22,62%).

Tabela 05

Tempo de moradia em Feira de Santana dos originados de outras cidades, por intervalo de anos – Feira de Santana - 1998

| Anos (por intervalo) | frequência | % |
|-----------------------------|-------------------|----------------|
| 0-5 anos | 33 | 13,10% |
| 6-10 anos | 29 | 11,51% |
| 11-15 anos | 39 | 15,48% |
| 16-20 anos | 57 | 22,62% |
| 21-25 anos | 34 | 13,49% |
| 26-30 anos | 26 | 10,32% |
| acima de 30 | 33 | 13,10% |
| NS | 0 | 0,00% |
| NR | 1 | 0,40% |
| Total | 252 | 100,00% |

Fonte: Pesquisa de Campo

Nota: referente apenas àquelas pessoas oriundas de outras cidades.

Muitas tentativas foram implementadas no sentido de "conter" ou mesmo disciplinar o setor informal dentro da cidade.

Observa-se ao longo da sua história alguns pontos ou focos de concentração, principalmente nas vias públicas do centro da cidade (principalmente atividades comerciais), feiras livres espalhadas pelos bairros populares.

A feira livre do centro da cidade, transferida na década de 70 para o Centro de Abastecimento, a transferência dos camelôs do Camelódromo - ponto bem no

coração comercial da cidade - para uma área menos estratégica para estes, por ficar fora da "passagem" dos transeuntes. Observa-se aí o choque entre a engenharia urbana e a viabilidade dessas atividades econômicas. Atividades estas cuja estratégia de sobrevivência, ou estratégia competitiva, é justamente "atrapalhar", colocar-se no caminho, fazer-se ver e assim provocar o consumo.

2. Metodologia

2.1. A Concepção Técnico-metodológica

A discussão acerca da informalidade, em específico, no que tange ao setor informal, impõe-nos algumas dificuldades extras que acabam por constituírem um verdadeiro desafio ao pesquisador.

Ao apresentar o caminho que optamos por trilhar nesse processo de investigação da realidade, ou seja, a metodologia de trabalho adotada para essa pesquisa, faz-se necessário, em função dessa especificidade, explicitar algumas questões.

Uma primeira questão a ser levantada diz respeito à imprecisão conceptual que envolve a categoria em discussão, questão essa abordada no capítulo acerca do objeto, que dificulta, obscurece os caminhos do processo investigativo.

Essa dificuldade realça a necessidade de um *detour* para chegar à sua compreensão, além de um esforço extra a fim de não ficar preso ao fenômeno, ou satisfazer-se com a apresentação imediata do mesmo. Ao invés disso, partindo da sua "pseudoconcreticidade"³⁴, das manifestações fenomênicas, do seu movimento visível, seguir um caminho difícil mas imperioso ao processo de produção do conhecimento, na busca da sua essência. O desnudamento dessa realidade aparente é o processo através do qual (sem jogar as peças da roupa fora, mas apenas apartando-se destas para melhor visualizar o que se esconde por debaixo

³⁴ Cf Karel Kosik: "O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural constitui o mundo da pseudoconcreticidade"p.11

da aparência das coisas) busca-se chegar a um conhecimento mais aprofundado dessa realidade.

O setor informal como se apresenta, na sua conformação de categoria de negação, ou residual, "aquilo que não é formal", ou "composto por aqueles que não estão vinculados ao setor formal", ou ainda "constituído por atividades que seguem uma lógica 'não-capitalista'"; enfim, tal apresentação fenomênica não nos satisfaz. Contudo, esse é, necessariamente, o ponto de partida e, conseqüentemente, será o referencial para o retorno. Mesmo que esse rio já não seja o mesmo ao retornar, e o homem a banhar-se também já não seja o mesmo³⁵.

Necessário faz-se desvendar-lhe os mistérios, descortiná-lo, perceber seus nuances. Através de abstrações sucessivas a que deve ser submetido o objeto estudado e sua recomposição, num movimento dialético de "negação, conservação, elevação" buscando assim um conhecimento mais aprofundado da realidade, esta agora não mais caótica e sim pensada.

Dentro dessa dinâmica metodológica, busca-se compreender como o setor informal se articula a nível do espaço concreto estudado, com os demais ramos da economia, sem contudo dissociá-lo do seu conjunto, ou seja, sem abdicar da noção de totalidade.

A investigação e análise dessas articulações, objetivo desse estudo, nesse processo de desconstrução (que ao mesmo tempo preserva seus atributos essenciais, para mais na frente recompor-se de maneira elevada), exige a adoção de alguns instrumentos metodológicos que possibilitem essa observação sem o descolamento do seu todo.

³⁵ Analogia ao fragmento no.91 de Heráclito de Efeso, pensador grego.

Primeiramente, a abordagem do fenômeno e sua desconstrução e reconstrução exigem um conhecimento daquilo (ou de parte significativa) que já foi produzido a respeito. O conhecimento não é órfão. Assim sendo, parte-se de um levantamento e pesquisa bibliográficos, apresentados sob a forma de discussão no primeiro capítulo deste trabalho, onde busca-se os subsídios que possibilitem um melhor entendimento dessa realidade aparente a sua lógica e seus *nexus*.

Apoiados nesse levantamento é que realiza-se uma revisão dos usos do conceito de setor informal, percebendo suas limitações, inconsistências e imprecisões. Ainda com base nessa etapa do estudo, nesse debruçar-se sobre o objeto descortinando suas representações, busca-se identificar na literatura sobre o tema a sua usual categorização, afim de sabermos de quem estamos tratando.

Esse exercício teve também por objetivo abrir os caminhos para uma melhor percepção das relações estabelecidas entre o setor informal e o setor formal na economia.

Com o intuito de contribuir na verificação da realidade observada, recorre-se a um instrumental de pesquisa de campo, com coleta de dados primários realizada no município de Feira de Santana, com o objetivo de consubstanciar, através de uma realidade específica, as questões levantadas. Nesse aspecto consideramos que é imprescindível não perder a dimensão da totalidade³⁶, sem contudo, desprezar a importância dos espaços específicos. Lembrando que o conceito de totalidade não significa a soma das partes, tomou-se a experiência específica

³⁶ Cf. Leandro Konder: "A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa - que a visão de conjunto proporciona - que é chamada de totalidade."p.37

enquanto laboratório de observação para os elementos investigados. Sem , entretanto, querer esgotar as dúvidas ou questões levantadas. Vale lembrar o que colocou Konder: "*A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela*".

Para a pesquisa de campo fez-se uso de procedimentos rotineiros em coleta de dados através de pesquisa estruturada de maneira a propiciar elementos para as discussões que propomos travar através desse trabalho. Tal procedimento busca obedecer a critérios de fidelidade e de validade, de qualidade (exatidão, precisão dos dados) e de eficiência (custo da informação)³⁷.

O instrumental usado busca garantir o rigor e a flexibilidade necessários a um trabalho científico.

Através destes instrumentos, busca-se levantar informações que contribuam para a melhor percepção da realidade investigada.

2.2. A Pesquisa de Campo

2.2.1. O Recorte Espacial

O ambiente espacial para a pesquisa de campo foi o município de Feira de Santana, mais especificamente a cidade de Feira, seu ambiente urbano.

³⁷ Cf. BRUYNE, et al, 1991, capítulo "O pólo Técnico".

2.2.2. A Amostra e os Procedimentos

O critério adotado na escolha da amostra foi aleatório, através de sorteio a partir dos setores censitários, tendo como base o cadastro do IBGE.

Conforme cadastro do IBGE, o município Feira de Santana é composto por 355 setores censitários, se se inclui os distritos e sub-distritos. Para a sede, ambiente da nossa pesquisa, são 311 setores, sendo que desse total 299 são urbanos.

A seleção dos setores censitários componentes da amostra foi feita utilizando-se o método aleatório simples, sorteando-se 14 setores, todos urbanos.

A localização dos setores censitários sorteados foi realizada através de mapas, de todo o município e de cada um dos setores. Através destes mapas fez-se a numeração das quadras e a identificação do ponto de referência inicial.

A coleta dos dados foi feita através de pesquisa domiciliar seguindo-se o limite de cada setor em busca de 30 empreendimentos/empreendedores. Em não se encontrando o número de casos estabelecido ao concluir-se o limite, a coleta continuava contornando as quadras previamente numeradas e em casos onde fechando-se todo o setor o número não tenha sido atingido, optou-se pela ampliação do setor para seus limites laterais externos (caso do setor 67). Os domicílios foram visitados na seqüência do limite em sentido horário partindo-se do ponto inicial identificado no mapa, sempre na conjunção de duas ruas. Não encontrando residentes ou diante da recusa em responder o questionário passava-se ao domicílio seguinte. Fechado o limite e não havendo completado o

número de 30 empreendimentos/empreendedores, antes de passar para as quadras, fazia-se o retorno aos domicílios visitados onde não se tinha encontrado o(s) residente(s) numa primeira tentativa.

A pesquisa foi direcionada de forma a através da visita aos domicílios e/ou empreendimentos existentes no setor censitário encontrar pessoas que fossem caracterizadas enquanto empreendedores ou então empreendimentos mesmo já estabelecidos. Dessa forma foi inicialmente preenchida uma folha de rosto com questões básicas, através da qual se pudesse identificar a presença de empreendedores naquela residência.

O questionário está direcionado ao chefe da família ou responsável pelo empreendimento, mesmo que algumas informações sejam referentes aos moradores/integrantes (folha de rosto).

Dessa forma, no total, a amostra contempla setores de todos os sub-distritos, atingindo um total de 14 setores, onde **2.170** domicílios foram visitados, destes, em **1.229** foram realizadas entrevistas de identificação de existência de empreendimento ou empreendedores (folha de rosto), com questões básicas, de onde se identificou e efetivamente se entrevistou de maneira mais detalhada **411 empreendedores**. Deste total 398 questionários foram validados, servindo de base principal para as análises.

Quadro 02
Quadro de identificação dos setores censitários pesquisados
Feira de Santana - Ba. - 1998

| Ordem | Sub-Distrito | No. do setor |
|-------|---------------|--------------|
| 1º | SANTANA | 054 |
| 2º | SUBAÉ | 030 |
| 3º | SUBAÉ | 016 |
| 4º | SANTANA | 042 |
| 5º | SANTANA | 059 |
| 6º | SANTO ANTONIO | 035 |
| 7º | SANTANA | 096 |
| 8º | SANTANA | 107 |
| 9º | SANTO ANTÔNIO | 010 |
| 10º | SANTO ANTÔNIO | 067/066/027 |
| 11º | SANTO ANTÔNIO | 058 |
| 12º | SUBAÉ | 028 |
| 13º | SANTO ANTÔNIO | 049 |
| 14º | SANTOANTÔNIO | 024 |

Quadro 03
Quadro Demonstrativo Geral
Pesquisa de Campo - Feira de Santana - 1998

| Ordem | Setor Pesquisa do (No.) | Domicílios visitados | | | Folhas de rosto preenchidas(resp) | | | Empreendimentos pesquisados | | |
|-------|-------------------------|----------------------|-------|-------|-----------------------------------|-----------|-------|-----------------------------|-------|-------|
| | | Não Resp. | Resp. | Total | Sem Empr. | Com Empr. | Total | Res. | Empr. | Total |
| 1º | 054 | 33 | 100 | 133 | 69 | 31 | 100 | 25 | 06 | 31 |
| 2º | 030 | 77 | 107 | 184 | 77 | 30 | 107 | 27 | 03 | 30 |
| 3º | 016 | 38 | 97 | 135 | 66 | 31 | 97 | 27 | 04 | 31 |
| 4º | 042 | 75 | 93 | 168 | 63 | 30 | 93 | 23 | 07 | 30 |
| 5º | 059 | 43 | 64 | 107 | 33 | 31 | 64 | 18 | 13 | 31 |
| 6º | 035 | 79 | 110 | 189 | 79 | 31 | 110 | 27 | 04 | 31 |
| 7º | 096 | 55 | 65 | 120 | 40 | 25 | 65 | 19 | 06 | 25 |
| 8º | 107 | 78 | 66 | 144 | 36 | 30 | 66 | 24 | 06 | 30 |
| 9º | 010 | 94 | 82 | 176 | 52 | 30 | 82 | 19 | 11 | 30 |
| 10º | 67/66/27 | 123 | 128 | 251 | 107 | 21 | 128 | 21 | - | 21 |
| 11º | 058 | 49 | 86 | 135 | 56 | 30 | 86 | 22 | 08 | 30 |
| 12º | 028 | 65 | 82 | 147 | 52 | 30 | 82 | 26 | 04 | 30 |
| 13º | 049 | 58 | 71 | 129 | 41 | 30 | 71 | 12 | 18 | 30 |
| 14º | 024 | 74 | 78 | 152 | 47 | 31 | 78 | 24 | 07 | 31 |
| total | - | 941 | 1.229 | 2.170 | 818 | 411 | 1.229 | 314 | 97 | 411 |

2.2.3. Definição usada na pesquisa para "empreendedor"

Para selecionar o público específico da pesquisa, necessário fez-se estabelecer alguns recortes e delimitar o campo de análise.

Assim optou-se por trabalhar com a categoria de unidade de produção, de forma a pinçar da realidade experiências que, independente do ramo de atuação (indústria, comércio, serviços ou artesanato), guardassem na sua configuração alguns elementos: remunerassem pelo menos dois fatores de produção; incorresse em risco; desenvolvesse algum tipo de atividade que de alguma maneira não estivesse plenamente enquadrado nos moldes formais de trabalho.

Para tanto, lançou-se mão de duas variáveis como filtro: o rendimento médio mensal e o número de pessoas "empregadas". O que significa isso: foram entrevistados aqueles empreendedores que tivessem um rendimento médio mensal de até 10 salários mínimos (R\$1.300,00) e que em caso de ser empregador tivesse um máximo de 9 empregados. Sendo considerado para efeito da pesquisa "empregado" enquanto aquele que está inserido na unidade econômica por responsabilidade do dono/empregador, podendo, portanto, ter ou não carteira assinada, ter ou não relação de parentesco. Diferencia-se, assim, do que convencionou-se chamar de empregado em outras pesquisas, vide a do próprio IBGE. O intuito com isso é poder "pegar" relações de trabalho que se estabelecem nesse ambiente e poder abrir o leque para outros tipos de organização, a exemplo de algumas experiências coletivas (cooperativas, associações, etc) que porventura pudessem ser encontradas.

Verificou-se, entretanto, que em Feira de Santana um número bem pequeno de atividades tidas aqui enquanto do setor informal, são de caráter associativo ou cooperativo. Conforme tabela , apenas 05 das 398 unidades econômicas pesquisadas têm esse caráter. Não é de causar estranheza. Muitas das experiências fomentadas pelos grupos populares, ONGs, igreja, etc, tiveram suas atividades desativadas . Os tidos Projetos Produtivos, na sua grande maioria, têm dificuldades, no que concerne à concorrência e em especial à questões de gestão.

Tabela 06
Definição do Tipo de Negócio - Feira de Santana - 1998

| Tipo de negócio | Quant. | % |
|------------------------|---------------|---------------|
| Emp. Individual | 340 | 85,86 |
| Emp. Familiar | 51 | 12,88 |
| Emp. Sociedade | 5 | 1,26 |
| Total | 396 | 100,00 |

2 Sem Informação
 Fonte: Pesquisa de Campo

Capítulo Quarto

Questões Fundamentais Acerca do "Setor Informal"

1. Os Dados Coletados

A partir dos dados coletados na pesquisa de campo é possível refletir acerca de algumas questões fundamentais para o entendimento do setor informal, em especial, desse ambiente em Feira de Santana. A base de dados possibilita uma amplitude maior do que a aqui lançada mão na análise, entretanto, não é objetivo para o momento esgotar todas as possibilidades de abordagem ou mesmo tratamento destes dados.

Algumas dessas questões se referem às **características pessoais** do sujeito pesquisado, o empreendedor:

1. posição do(a) responsável pelo domicílio ou empreendimento;

Os empreendimentos pesquisados são em sua grande maioria, atividades de caráter individual³⁸, onde encontra-se a figura de um "dono", sendo bem menor o número de situações onde o entrevistado admite a existência de um outro participante enquanto sócio do negócio. De modo que, na tabela 07 tem-se o total a partir do dono ou então do sócio cuja renda no negócio é maior ou que tem maior participação. De maneira que, dos 398 questionários validados, tem-se 84,92% de empreendimentos com a presença de uma pessoa que se

³⁸ 85,86% dos empreendimentos pesquisados são tidos enquanto atividades individuais, 12,88%, são atividades familiares e apenas 1,28 de caráter associativo.

intitula o "dono" do negócio e 15,08% onde há a participação de um ou mais sócios. Constata-se, portanto, uma grande maioria de empreendimentos sob a responsabilidade maior de uma pessoa. Isso, por sua vez, não nega a participação da família no negócio, contudo, há a identificação clara de um responsável pelo empreendimento. Os dados colhidos acerca da classificação do empreendimento, se individual familiar ou associativo, corroboram o indicativo acima já que são dados aproximados.

Tabela 07

Classificação do Empregador – F. de Santana – 1998

| Empregador | Freq. Abs. | % |
|-------------------|-------------------|---------------|
| Dono | 338 | 84,92 |
| Sócio | 60 | 15,08 |
| Total | 398 | 100,00 |

Fonte: Pesquisa de Campo

2. sexo (empregador/sócio);

Observa-se que a maior parte dos empreendimentos pesquisados são "comandados" por homens, mesmo que esse percentual não seja tão significativo assim. Como podemos observar pela tabela abaixo:

Tabela 08

Sexo do Empregador – Feira de Santana – 1998

| Sexo | Quant. | % |
|--------------|---------------|--------------|
| Feminino | 187 | 46,98 |
| Masculino | 211 | 53,02 |
| Total | 398 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa de Campo

Quando se considera todos os sócios³⁹ envolvidos essa relação se modifica passando a 50,11% dos donos/sócios composto por mulheres e 49,89% composto por homens. Essa inversão pode ser explicada pelo fato de que muitas mulheres, mesmo assumindo as tarefas administrativas e operacionais, dentro do empreendimento, se colocam enquanto "sócias". Em alguns casos, os respectivos esposos desenvolvem outra atividade e passam boa parte do tempo fora do empreendimento, de maneira a fazer com que a mulher tome as decisões imediatas, contudo, o controle (relação de poder), é mantido nas mãos do chefe da casa e "sócio/dono" do negócio.

Vale ainda salientar que como observaremos pela tabela 24, 48,99% das unidades econômicas pesquisadas funcionam na própria residência, "possibilitando" à mulher desenvolver as tarefas domésticas - tanto do trato da casa, como da educação e cuidados com os filhos - ao mesmo tempo em que cuida do negócio. Os empreendimentos tidos como "femininos" dentro da informalidade no ambiente urbano, não têm sido estudados de maneira mais detalhada a ponto de se perceber com maior argúcia suas nuances⁴⁰.

No município de Feira de Santana a distribuição da população por sexo - no período de 1960 a 1996 - registra uma maioria feminina:

³⁹ Na tabela abaixo observa-se o total considerando-se donos e (todos) os sócios:

| Sexo do Empregador | | |
|---------------------------|---------------|--------------|
| Sexo | Quant. | % |
| Feminino | 232 | 50,11 |
| Masculino | 231 | 49,89 |
| Total | 463 | 100,0 |

⁴⁰ O trabalho de BIVAR(1993), traz algumas considerações relacionadas ao mercado de trabalho e gênero, contudo, fica muito preso a alguns

Tabela 09
Distribuição da população por sexo – Feira de Santana - 1960-1996

| Anos | População Residente por Sexo | | | | |
|------|------------------------------|---------|-------|----------|-------|
| | Total | Homens | % | Mulheres | % |
| 1960 | 139.747 | 67.902 | 48,59 | 71.845 | 51,41 |
| 1970 | 187.290 | 89.040 | 47,54 | 98.250 | 52,46 |
| 1980 | 291.504 | 139.628 | 47,90 | 151.876 | 52,10 |
| 1991 | 406.447 | 193.895 | 47,71 | 212.552 | 52,29 |
| 1996 | 450.487 | 215.071 | 47,74 | 235.416 | 52,25 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, In: Anuário Estatístico De Feira de Santana, 1998. CDL. Adaptado por Olga Matos

3. idade (respondente) ;

Ao observarmos a idade do responsável pelo negócio, temos que menos de 2% dos empreendimentos pesquisados são chefiados por pessoas menores de 20 anos, e que a maioria 54,04% dos empreendimentos são chefiados por pessoas entre 20 e 39 anos, sendo - entretanto, significativo o número de pessoas com mais de 39 anos e menos de 49 que estão na informalidade: 26,26%.

Os idosos, maiores de 60 anos correspondem a 07,07%, um percentual menor do que o que se imaginava de início por conta da hipótese não defendida neste trabalho, mas presente noutros, de que a informalidade aninha aqueles cujo mercado formal rejeita, por conta da idade.

Tabela 10
Distribuição da idade dos
empreendedores por intervalo – F. de
Santana – 1998

| int. da idade | Quant. | % |
|---------------|------------|---------------|
| < 20 anos | 7 | 1,77 |
| entre 20 e 29 | 79 | 19,95 |
| entre 30 e 39 | 135 | 34,09 |
| entre 40 e 49 | 104 | 26,26 |
| entre 50 e 59 | 43 | 10,86 |
| >=60 | 28 | 7,07 |
| Total | 396 | 100,00 |

2 Sem informação
Fonte: Pesquisa de Campo

dados sem arvorar-se a uma discussão mais teórica de gênero.

Uma outra questão que se apresenta é quanto a expectativa das gerações futuras.

Vale salientar que em Feira de Santana a PIA (População em Idade Ativa), em 1996 totalizava 356.784 pessoas, o que equivalia a 77,31% da população total, ao tempo em que a PEA (População Economicamente Ativa), no mesmo ano, era de 161.750 pessoas, equivalente a 39,8% da população total⁴¹.

Os dados da pesquisa tornam-se - perante tais informações adicionais - significativos já que entre os informais pesquisados há um número expressivo de pessoas que se enquadram numa e noutra categorias populacionais (PIA e PEA).

4. escolaridade (respondente);

A questão sobre instrução, ou nível de escolaridade, e renda é recorrente nos estudos sobre mercado de trabalho, não havendo - entretanto - consenso a respeito. Nem mesmo se se pensa em uma relação diretamente proporcional. No caso de experiências informais, observa-se um grande contingente de pessoas com instrução até o ginásial, 67,08%. Vale salientar que desse percentual, 7,54% corresponde a pessoas analfabetas⁴². No outro extremo apenas 02 (dois) dos entrevistados têm grau superior concluído, equivalendo a 0,5%, e 08 (oito) pessoas cursando a universidade, ou 2,01%.

⁴¹ Conforme Anuário Estatístico de Feira de Santana (1998), p.125.

⁴² O analfabeto para efeito da pesquisa corresponde àquela pessoa que

Tabela 11
Nível de instrução do
empreendedor – F. de Santana –
1998

| Escolaridade | Quant. | % |
|----------------|------------|---------------|
| Analfabeto | 30 | 7,54 |
| Alfabetizado | 7 | 1,76 |
| da 1 a 4 série | 91 | 22,86 |
| da 5 a 8 série | 139 | 34,92 |
| 2 grau | 119 | 29,90 |
| Universidade | 8 | 2,01 |
| Formado | 2 | 0,50 |
| Total | 396 | 99,497 |

2 Sem informação
 Fonte: Pesquisa de Campo

Em Feira de Santana, conforme o anuário estatístico (1998), para o ano de 1991:

Tabela 12
População alfabetizada – Feira de Santana - 1991

| População | Alfabetizada | |
|--------------|----------------|------------|
| | Absoluta | (%) |
| Total | 258.912 | 100 |
| Urbana | 237.683 | 91,8 |
| Rural | 21.229 | 8,2 |

Fonte: IBGE- Censo Demográfico. In: Anuário Estatístico de Feira de Santana – 1998. CDL

Tabela 13
População Não Alfabetizada – Feira de Santana - 1991

| Não Alfabetizada | | |
|------------------|------------|----------------|
| Absoluta | (%) | Total |
| 147.535 | 100 | 406.447 |
| 111.874 | 75,83 | 349.557 |
| 35.661 | 24,17 | 56.890 |

Fonte: IBGE- Censo Demográfico. In: Anuário Estatístico de Feira de Santana – 1998. CDL

Como podemos observar a maior parte da população não alfabetizada – e isso não é um “privilégio” de Feira de

sequer sabe assinar seu próprio nome.

Santana, ou mesmo da Bahia - localiza-se na zona rural. Como estamos analisando o ambiente urbano, e constata-se um incidência dentre os pesquisados de 7,54% de analfabetos, deve-se deduzir uma situação de alto índice nesse contingente de pessoas que não tiveram acesso a nenhum tipo de espaço ou processo formal de ensino, haja visto o que se considera enquanto analfabeto. Corroborar essa linha de raciocínio o fato de ser também alto o número de pessoas que têm apenas o primeiro nível de alfabetização: 24,62%, agregando os dados referentes àqueles alfabetizados e àqueles que têm até a Quarta série do primeiro grau. Tais elementos levam a considerar o setor informal estudado enquanto um espaço de baixa formação educacional, tanto a partir dos espaços formais quanto aos espaços "alternativos", de qualificação e requalificação, como constata-se mais adiante.

Um outro leque de questões podem ser agrupadas a partir de **características ocupacionais**, conforme podemos observar a seguir:

1. relação de trabalho;

Resgatando o que já foi colocado, a relação de trabalho estabelecida na grande maioria dos empreendimentos é de proprietário seja em relação aos familiares e ajudantes, seja em relação aos "empregados", quando se identifica esta categoria.

Tabela 14
Classificação do Empregador –
Feira de Santana – 1998

| Classificação | Freq. Abs. | % |
|---------------|------------|---------------|
| Dono | 338 | 84,92 |
| Sócio | 60 | 15,08 |
| Total | 398 | 100,00 |

Fonte: Pesquisa de Campo

2. remuneração;

A renda dos chefes de família/negócio corresponde em 16,33% dos casos a menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, em outros 18,59% essa renda não passa de 1 salário mínimo, o que somados corresponde a 34,92% dos casos pesquisados com renda de até 1 salário mínimo. Se se estende para 2 salários mensais, o total chega a 60,8% dos casos pesquisados. Com renda mensal superior a 5 e inferior a 10 salários mínimos, limite da pesquisa, apenas 8,29% dos casos pesquisados.

Tabela 15
Remuneração Mensal em Salários Mínimos – Feira de
Santana – 1998

| Remuneração | Quant. | % |
|--------------|------------|---------------|
| menos de 1/2 | 65 | 16,33 |
| de 1/2 a 1 | 74 | 18,59 |
| de 1 a 2 | 103 | 25,88 |
| de 2 a 3 | 60 | 15,08 |
| de 3 a 5 | 63 | 15,83 |
| de 5 a 10 | 33 | 8,29 |
| Total | 398 | 100,00 |

Fonte: Pesquisa de Campo

A pesquisa realizada por NASCIMENTO(1996), constata que o setor informal remunera menos o trabalho do que o

setor formal, na cidade de Feira de Santana, conforme conclusão seguinte:

"A distribuição da renda dá-se de forma desigual quando se observa as relações formais/informais. É elevada a proporção de informais com baixa renda, 79,7% dos informais recebem menos de 3 SMs, enquanto que 64,3% dos formais estão nesta classe."(NASCIMENTO, 1996:126)

Vale lembrar que para efeito dessa pesquisa usou-se como filtro o limite de renda de 10 salários mínimos.

3. atividade/ocupação anterior;

Buscou-se observar qual a ocupação ou atividade desenvolvida anteriormente pelo empreendedor pesquisado, com o intuito de analisar a origem dessa mão-de-obra.

Conforme os dados da pesquisa, 33,17% dos pesquisados são oriundos de empresas privadas, 13,32% são donas de casa, valendo salientar que nesse caso, na maioria das vezes a empreendedora não deixa de ser dona de casa, ela passa a exercer uma jornada dupla, assumindo o negócio, sozinha, com outra(s) pessoa(s) ou como "sócia" acumulando as funções domésticas.

Tabela 16

| Atividade/função desempenhada antes do empreendimento – Feira de Santana – 1998 | | |
|--|-------------------|---------------|
| Atividade/função desenvolvida antes | frequência | % |
| Funcionário(a) público(a) | 20 | 4,84 |
| Funcionário(a) de empresa privada | 137 | 33,17 |
| Autônomo | 41 | 9,93 |
| Desempregado(a) | 15 | 3,63 |
| Empregador(a) em outra empresa | 15 | 3,63 |
| Empregado(a) doméstico(a) | 11 | 2,66 |
| Estudante | 25 | 6,05 |
| Agricultor(a) | 13 | 3,15 |
| vivia de rendas | 1 | 0,24 |
| Dono(a) de casa | 55 | 13,32 |
| Aposentado(a) | 2 | 0,48 |
| Trabalhava em negócio da família | 25 | 6,05 |
| Outra | 28 | 6,78 |
| Funcionário(a) público(a)/funcionário(a) empresa privada | 2 | 0,48 |
| Empregado(a) doméstico(a)/estudante | 1 | 0,24 |
| Empregador(a) em outra empresa/agricultor(a) | 1 | 0,24 |
| Funcionário(a) de empresa privada/autônomo(a) | 5 | 1,21 |
| Funcionário(a) de empresa privada/estudante | 2 | 0,48 |
| Empregador(a) em outra empresa/autônomo(a) | 1 | 0,24 |
| Desempregado(a)/estudante | 1 | 0,24 |
| Funcionário(a) de empresa privada/outra | 2 | 0,48 |
| Agricultor(a)/outra | 1 | 0,24 |
| Funcionário(a) de empresa privada/agricultor | 1 | 0,24 |
| NS | 1 | 0,24 |
| NR | 7 | 1,69 |
| Total | 413 | 100,00 |

Fonte: Pesquisa de Campo

4. capacitação;

Cabe, ao introduzir a abordagem acerca do nível de capacitação dos pequenos empreendedores urbanos observar, que 39,20% dos pesquisados estão na atividade por um tempo que varia de 1 a 5 anos, 18,34% atuam na mesma atividade por um tempo de 5 a 10 anos. Com até um ano atuando na área, foram encontrados 23,37% dos empreendedores pesquisados.

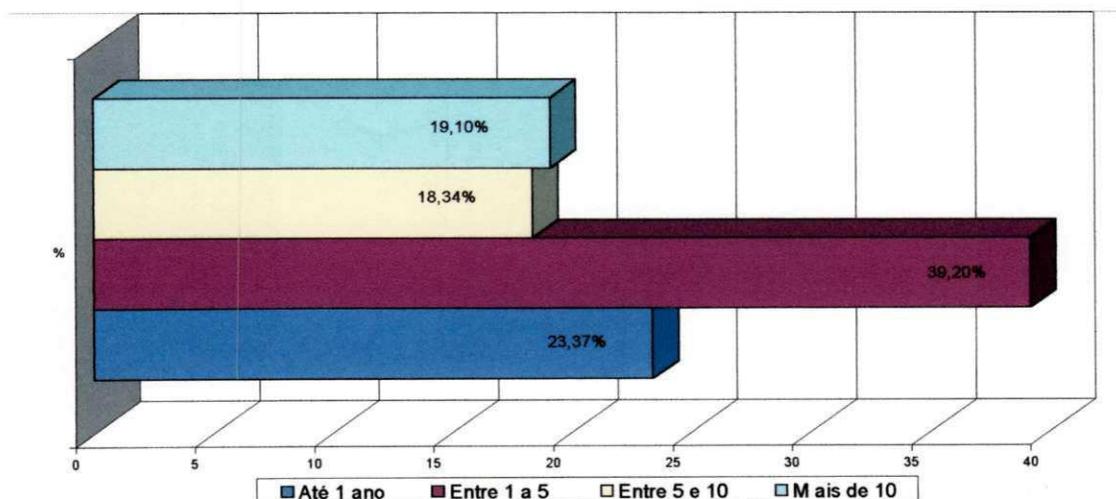
Sabe-se que há uma certa limitação na interpretação dessa informação por conta de alguns entrevistados considerarem o ramo de atuação e não necessariamente a

atividade específica desempenhada naquele momento. Assim, para um comerciante ou camelô que já tenha trabalhado com mercadorias diversas, não necessariamente - para ele - houve mudança de atividade; ou ainda para aquele empreendedor que saiu de uma atividade formal e foi para a informalidade onde vem desenvolvendo diversas atividades - mesmo que em ramos diferenciados, podendo ser produção e comércio, por exemplo - ele continua a desenvolver uma mesma atividade: o trabalho por conta própria.

Contudo, o que se pretende salientar com essa informação - destarte é o fato de muitos destes sujeitos dependerem justamente desse período na atividade para poder desenvolver suas habilidades. A capacitação dá-se na prática cotidiana, no fazer aprendendo, na labuta diária.

Gráfico 02

Tempo que atua na atividade



Corroborando esta linha de raciocínio temos que, dos entrevistados, 58,29% afirmaram já ter alguma experiência anterior no ramo em que estão atualmente trabalhando, enquanto que os outros 41,71%, declararam inexperiência no ramo em que estão atuando. Ou seja, uma maioria busca, ante a necessidade de mudar de atividade ou de se inserir numa atividade autônoma, algo onde já tenha alguma experiência, algo que já conheça.

Tabela 17
Experiência Anterior no Ramo
- F. de Santana - 1998

| Experiência | Quant. | % |
|--------------|------------|---------------|
| Sim | 232 | 58,29 |
| Não | 166 | 41,71 |
| Total | 398 | 100,00 |

Fonte: Pesquisa de Campo

Outro elemento importante é que apenas uma pequena parte dos entrevistados, 23,87%, já fizeram algum tipo de curso ou treinamento. O que corrobora a hipótese de que o desempenho nessas atividades se deve a uma autodidaxia construída a partir da vivência das pessoas e do seu acúmulo através de outras atividades já desempenhadas.

Denota, também, o curto alcance de instituições que se intitulam capacitadoras, ou que atuam na qualificação e/ou requalificação dessa mão-de-obra.

Para este ano (2.000), os recursos previstos no orçamento da União para as realização de cursos de qualificação e requalificação profissional, são da ordem de R\$493 milhões. Deste total, R\$351 milhões são destinados para os Estados que atuam em parceria com instituições públicas e da sociedade civil (incluindo-se nesse quadro a ação significativa de ONG's, entidades sindicais e universidades) e R\$132 milhões são destinados

às centrais sindicais. O saldo, algo em torno de R\$10 milhões são destinados para a manutenção do Planfor⁴³. (FOLHA, 20 de fev.2000).

O objetivo do Governo com o PLANFOR, conforme divulgado em material informativo do Ministério do Trabalho (1996), era de

"... mobilizar e articular, gradualmente, toda a capacidade e competência de educação profissional disponível no País, de modo que se alcance, a partir de 1999, a capacidade de qualificar e requalificar, anualmente, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa - PEA o que, em números atuais, estaria em torno de 15 milhões de trabalhadores."(MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1996:7)

O advento do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)⁴⁴, fonte de recursos para a realização desse projeto de qualificação e requalificação, contudo, não garante a eficácia no sentido de garantir novos postos de trabalho, de forma que apenas uma pequena parte dessa mão-de-obra que se "requalifica" consegue reinserir-se ou galgar condições salariais mais favoráveis no mercado de trabalho. Segundo pesquisa realizada em São Paulo com 5% dos beneficiados pelo programa no ano de 1997, apenas 18% conseguiram um emprego.

O governo divulgou a previsão de 12 milhões de pessoas devem ser requalificadas para esse ano (2.000) Folha, 20.02.00

Considerar uma pessoa "qualificada" ou "requalificada", ou seja, apta a desempenhar uma dada

⁴³ O Planfor é o Plano Nacional de Educação Profissional.

⁴⁴ O FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) é uma das fontes de financiamento para o PLANFOR, administrado pelo CODEFAT (Conselho

atividade profissional, seja enquanto aprimoramento de uma capacidade já desenvolvida anteriormente, no sentido, de reciclagem ou atualização ou então apresentá-lo a uma nova atividade, em cursos rápidos, é artifício distante tanto de uma possibilidade real de capacitação para o enfrentamento da competitividade no mercado de trabalho quanto ineficiente no cerne da questão que diz respeito à criação de possibilidades concretas de inserção, isto é, novos postos de trabalho onde essa mão-de-obra "qualificada" possa desempenhar sua atividade laboral devidamente remunerada. Aponta no horizonte a possibilidade de um contingente significativo de profissionais qualificados para a condição de desempregado.

Tabela 18
Participação em Cursos – F.
de Santana – 1998

| Participação | Quant. | % |
|--------------|--------|--------|
| Sim | 95 | 23,87 |
| Não | 302 | 75,88 |
| Ns | 1 | 0,25 |
| Total | 398 | 100,00 |

Fonte: Pesquisa de Campo

Por fim, um terceiro grupo de questões referem-se às **características do negócio/empreendimento:**

1. ramo de atividade;

A pesquisa realizada em Feira de Santana, reforça a importância do setor secundário, em específico o

Deliberativo do FAT)

comércio, entre os informais, correspondendo a mais da metade dos casos pesquisados (61,87%), esse setor tem importância na economia da cidade desde sua formação, como já pode-se observar. O setor de serviços vem logo em seguida com 23,48%; a indústria apresenta 13,13% e por fim o que foi considerado enquanto atividades artesanais, que agregam tarefas mais artísticas.

Tabela 19
Ramo de Atividade do Negócio –
F. de Santana - 1998

| Ramo | Quant. | % |
|--------------|------------|---------------|
| Indústria | 52 | 13,13 |
| Comércio | 245 | 61,87 |
| Serviços | 93 | 23,48 |
| Artesanato | 6 | 1,52 |
| Total | 396 | 100,00 |

2 Sem Informação
 Fonte: Pesquisa de Campo

Pode-se observar através da pesquisa realizada por Nascimento(1996), que essa distribuição não se alterou muito nesse intervalo entre uma e outra pesquisa. Mesmo com um recorte diferenciado pode-se analisar a relação de importância do comércio mesmo entre os empreendimentos formais:

Tabela 20
Distribuição dos inseridos nos setores formal e informal conforme o
setor de atividade – Feira de Santana – 1995

| Setor de Atividade Econômica | Formais | Informais | Total |
|--|---------------|---------------|---------------|
| Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal | 5,3% | 94,7% | 100,0% |
| | 1,7% | 16,7% | 11,3% |
| Indústria de Transformação | 50,6% | 49,4% | 100,0% |
| | 18,1% | 9,9% | 12,8% |
| Comércio; Rep. De Veic. Aut., Obj. Pessoais e Domésticos | 34,4% | 65,6% | 100,0% |
| | 30,7% | 32,8% | 32,0% |
| Serviços | 42,6% | 57,4% | 100,0% |
| | 45,0% | 34,0% | 37,9% |
| Outras Atividades | 28,2% | 71,8% | 100,0% |
| | 4,6% | 6,6% | 5,9% |
| Total % de linha | 36,0% | 64,0% | 100,0% |
| Total % de coluna | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Fonte: CME/UFBA/Pesquisa de campo. In: NASCIMENTO(1996:104)

* Nota: Estão sem incluir nesta categoria Produção e Distribuição de Energia, Gás e Água e Construção Civil.(nota no original)

Percebe-se que pela pesquisa citada, o setor serviços ocupava entre os informais 34,0% e o comércio 32,8%. Uma pequena margem positiva entre os entrevistados para atividades classificadas pela autora enquanto do setor terciário.

2. ano de início da atividade;

Tabela 21
Frequência do Ano de Início do Negócio
Feira de Santana - 1998

| Ano | Freq | % |
|--------------|------------|---------------|
| <=1988 | 83 | 20,91 |
| 1989 | 5 | 1,26 |
| 1990 | 21 | 5,29 |
| 1991 | 14 | 3,53 |
| 1992 | 21 | 5,29 |
| 1993 | 24 | 6,05 |
| 1994 | 34 | 8,56 |
| 1995 | 34 | 8,56 |
| 1996 | 50 | 12,59 |
| 1997 | 65 | 16,37 |
| 1998 | 46 | 11,59 |
| Total | 397 | 100,00 |

Fonte: Pesquisa de Campo

Como podemos notar pela distribuição a maior incidência de abertura de negócios do universo pesquisado verificou-se até o ano de 1988, com 20,91% dos casos; em seguida registra-se o ano de 1997 com 16,37% dos casos, o ano de 1996 com 12,59% e o ano de 1998 com 11,59%. Constata-se, com isso, que afora os empreendimentos mais antigos (até 1988), o período mais recente (os anos de 96, 97 e 98), concentram 161 dos casos, correspondendo a 40,55%.

Tabela 22
Tempo que existe o negócio
(anos)- F. de Santana - 1998

| Intervalo/anos | Quant | % |
|----------------|------------|---------------|
| < 1 | 46 | 11,59 |
| 1 --- 3 | 115 | 28,97 |
| 3 --- 5 | 68 | 17,13 |
| 5 --- 7 | 45 | 11,34 |
| 7 --- 9 | 35 | 8,82 |
| >= 10 | 88 | 22,17 |
| Total | 397 | 100,00 |

1 Sem informação
 Fonte: Pesquisa de Campo

Em comparação com o tempo de existência do negócio, observa-se que 28,97% dos casos, tem entre 1 (um) e 3 (três) anos de existência e 22,17% tem mais 10 (dez) anos de existência.

Os dados coletados na pesquisas mantêm a polêmica em torno do tempo de sobrevivência desses empreendimentos. A taxa de mortalidade que para alguns autores é alta, mostra-se pouco evidente através dos dados. Contudo, acredita-se que só uma pesquisa de maior tempo, de acompanhamento e com um instrumental mais amplo pode contribuir de maneira significativa para o esclarecimento desta questão.

Contudo, alguns elementos podem ser afirmados. Primeiro é significativo o tempo de atuação na

informalidade, entretanto, há uma diversidade muito grande dentro deste universo, o que pode significar uma mobilidade também muito grande. Afinal, o que se convencionou considerar enquanto uma característica do setor informal, a facilidade à entrada assim como à saída, não está completamente descartado. Até porque não se observa com freqüência a passagem do informal para o formal, o caminho contrário é um percurso mais comum, facilmente verificado pelo número de postos formais e informais criados e/ou mantidos dentro do mercado de trabalho. Assim, há uma dificuldade explícita em transformar postos informais em postos formais de trabalho. A manutenção de um percentual dessa mão-de-obra dentro da categoria "informal" torna-se elevado.

De maneira que, considerando-se o período de tempo na atividade, pode-se deduzir que a atividade informal absorvendo quantidade expressiva da mão-de-obra não alocada noutro setor, apresenta caráter de viabilidade econômica ou então que para absorver tal contingente, o setor informal goze de uma alta volatilidade interna que permite -mesmo degradando as condições de trabalho e por consequência as condições de vida desse trabalhador - a sobrevivência dessa mão-de-obra nesse universo que se constata tão elástico. Por fim, literalmente falando, ainda há a considerar que não sendo absorvido pelo setor informal para onde vai essa mão-de-obra? Sem catastrofismo, vale salientar que conforme o mapa da fome o número de miseráveis no Brasil se elevou na última década.

3. composição da mão-de-obra;

Tabela 23
Quantidade de Empregados por
Empreendimento – F. de Santana -
1998

| Quantidade de empregados | Freq. Abs. | % |
|--------------------------|------------|---------------|
| 0 (Nenhum) | 331 | 83,17 |
| Um | 35 | 8,79 |
| Dois | 14 | 3,52 |
| Três | 12 | 3,02 |
| Quatro | 3 | 0,75 |
| Seis | 1 | 0,25 |
| Sete | 1 | 0,25 |
| Nove | 1 | 0,25 |
| Número total | 398 | 100,00 |

Fonte: Pesquisa de Campo

A composição da mão-de-obra no universo das atividades informais em Feira de Santana, no seu conjunto, não se difere da característica mais geral tida para este segmento, ou seja, de pequeno nível de "assalariamento", ou melhor, um número reduzido de atividade remuneram mão-de-obra além do proprietário. Na pesquisa, optou-se por um recorte que serve de filtro, onde se descartou experiências com mais de 10 "empregados". Contudo, não há uma situação de extremos onde ou se tem casos com um envolvido apenas ou casos com mais de dez, de maneira que o fato de existirem poucas experiências com incidência de empregados entre 02 e 10 serve para inferir que tal segmento - de fato - remunera de maneira mais significativa a mão-de-obra familiar através do chefe da família, constituindo-se enquanto uma estratégia de sobrevivência mais significativa do que de acumulação propriamente dita.

Para consubstanciar tal afirmativa vide a distribuição da renda dentro do segmento observado, onde

- como já tratado - a maioria percebe menos de 2 salários mínimos.

4. local da atividade;

Uma outra característica comum às atividades informais em diversas pesquisas refere-se ao local de funcionamento do negócio. Na grande maioria dos casos, ao menos uma das fases do processo de produção/comercialização dá-se na própria residência, quando não todo o processo.

No caso analisado não é diferente. Observou-se que 48,99% dos empreendimentos funcionam na própria residência e que em 5,78% dos casos, as atividades são realizadas na própria residência e em algum outro lugar. Agregando-se os dados tem-se que a residência é envolvida diretamente no processo "produtivo" totalmente ou parcialmente em 54,77% dos casos pesquisados.

Tabela 24
Local de Funcionamento da Atividade – F. de
Santana – 1998

| Local de funcionamento | Quant | % |
|---------------------------------|--------------|---------------|
| Residência | 195 | 48,99 |
| Comércio | 114 | 28,64 |
| Ponto | 46 | 11,56 |
| Sem local definido | 16 | 4,02 |
| Residência e Sem local definido | 7 | 1,76 |
| Residência e Comércio | 7 | 1,76 |
| Residência e Outros | 4 | 1,01 |
| Residência e ponto | 3 | 0,75 |
| Residência, Comércio e ponto | 2 | 0,50 |
| Outros | 4 | 1,01 |
| Total | 398 | 100,00 |

Fonte: Pesquisa de Campo

Vale complementar tal informação com o fato de que em 68,38% dos casos o local do empreendimento é próprio,

um índice relativamente alto em se considerando a carência de moradia para as classes de renda mais baixa. Não se considera aqui as condições dessa moradia/instalação do empreendimento.

Tabela 25
Condição do Local e/ou Prédio
F. Santana – 1998

| Condição do local | Quant. | % |
|-------------------|------------|---------------|
| Próprio | 266 | 68,38 |
| Alugado | 66 | 16,97 |
| Cedido | 32 | 8,23 |
| Outros | 24 | 6,17 |
| Ns | 1 | 0,26 |
| Total | 389 | 100,00 |

9 Sem Informação
Fonte: Pesquisa de Campo

Um outro elemento importante para uma percepção mais abrangente desse universo pesquisado diz respeito ao período de funcionamento do negócio. Em 48,49% dos empreendimentos o funcionamento se dá diariamente sem distinção entre dias úteis e final de semana.

Tabela 26
Período de Funcionamento do Negócio – F. de
Santana – 1998

| Período de Funcionamento | Quant | % |
|--------------------------------------|------------|---------------|
| Diariamente | 193 | 48,49 |
| Durante a semana | 130 | 32,66 |
| Sem período definido | 48 | 12,06 |
| Finais de semana | 23 | 5,78 |
| Durante semana e s/ período definido | 4 | 1,01 |
| Total | 398 | 100,00 |

Fonte: Pesquisa de Campo

A observação das tabelas 24 e 26, onde se observa o local de realização do negócio e o período de trabalho evidenciam o quanto as atividades informais, e mais, o quanto a luta cotidiana pela sobrevivência invade o

Dos que têm algum tipo de registro, desagregando-se os dados, a maioria são micro empresas, conforme pode ser observado pela tabela 28. Vale salientar o pequeno número de experiências associativas ou cooperativas, que não atinge 9% do total pesquisado.

Tabela 28
Tipo de Legalização – F. de Santana – 1998

| Tipo de registro/legalização | Quant. | % |
|------------------------------|-----------|---------------|
| Emp. Individual | 16 | 22,22 |
| ME (Micro Empresa) | 37 | 51,39 |
| Sociedade LTDA | 10 | 13,89 |
| Cooperativa/Assoc. | 6 | 8,33 |
| Outros | 3 | 4,17 |
| Total | 72 | 100,00 |

4 Sem Informação

Nota: questão aplicada apenas àqueles que têm algum tipo de registro

Fonte: Pesquisa de Campo

Entre os "não legalizados", a principal razão conforme as respostas, deve-se à falta de dinheiro para fazê-lo, a burocracia também aparece como inibidor do processo de legalização com 7,31%, sendo que os dois juntos (burocracia e falta de dinheiro) atingem 12,29% dos entrevistados.

Tabela 29
Dificuldades para se legalizar – F. de Santana – 1998

| | Quant. | % |
|-----------------------------------|------------|---------------|
| Sem Dinheiro | 147 | 48,84 |
| Burocracia e S/ Dinheiro | 37 | 12,29 |
| Burocracia | 22 | 7,31 |
| Sem Dinheiro e Outros | 7 | 2,33 |
| Burocracia , S/ Dinheiro e outros | 3 | 1,00 |
| Burocracia e outros | 2 | 0,66 |
| Outros | 60 | 19,93 |
| Ns | 23 | 7,64 |
| Total | 301 | 100,00 |

14 Sem Informação

Nota: Questão dirigida apenas àqueles não legalizados

Fonte: Pesquisa de Campo

Vale ainda destacar que apenas 39 dos empreendedores que declararam estar legalizados têm um contador, o que corresponde a 51,31%. (39/76). Conforme pode ser observado pela tabela 35, apresentada mais adiante.

A percepção mais acurada da "vontade", ou seja, de elementos de subjetividade careceria, óbvio, de metodologia e de um instrumental mais apropriados para tal empreitada. Entretanto, não refutou-se a tentativa de apreensão do mínimo através de uma questão direta acerca da vontade ou não de se legalizar. A resposta a esse questionamento, indica que 51,96% dos pesquisados e não legalizados, manifestaram desejo em se regularizarem.

Tabela 30
Desejo de se Legalizar – F. de Santana
- 1998

| Gostaria de se Legalizar | Quant. | % |
|--------------------------|------------|---------------|
| Sim | 159 | 51,96 |
| Não | 147 | 48,04 |
| Total | 306 | 100,00 |

9 Sem Informação

Nota: Questão dirigida apenas àqueles não legalizados

Fonte: Pesquisa de Campo

6. acesso a crédito;

O acesso ao crédito constitui-se enquanto uma das reivindicações sempre presentes e mais recentemente enquanto uma proposta defendida - inclusive - pelo próprio governo, demonstrando o interesse em (de alguma forma) manter essa mão-de-obra sob "controle".

Antes bandeira de ONG's e de entidades representativas de classe, o crédito para o pequeno produtor urbano, passa hoje a configurar proposta de governo e de governantes de todos os matizes ideológicos e partidários. Por parte do governo programas como o

PROGER Urbano e mais recentemente linhas de financiamento via FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) têm denotado uma contradição aparente no papel do Estado, à medida que apoia, nesse caso financeiramente atividades que pela sua própria definição e classificação, vide as pesquisas dos órgãos governamentais, conforme já apresentado, são tidas como ilegais, fora portanto da obrigação aparadora do Estado, ao contrário disso, objeto sim, de sua ação repressora e coercitiva.

Tabela 31
Acesso a Crédito – F. de Santana –
1998

| Acesso a Crédito | Quant. | % |
|------------------|------------|---------------|
| Sim | 122 | 30,65 |
| Não | 276 | 69,35 |
| Total | 398 | 100,00 |

Fonte: Pesquisa de Campo

Observando-se os dados coletados, dos 30,65% que já tiveram acesso a crédito, as instituições bancárias e os amigos são os que mais aparecem. Interessante notar que correspondem a representações formais e informais, nos seus extremos.

Em 18,60% dos casos, os bancos aparecem sozinhos ou em parceria com algum outro recurso ao crédito.

As entidades, como ONG's, aparecem pouco, em apenas 0,75% dos casos, partilhando esse percentual com os bancos. Das entidades que atuam em Feira de Santana a que tem maior expressão, mesmo não tendo nem uma década de funcionamento é o CEAPE (Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor), que financia atividades informais através de grupos solidários.

Tabela 32
Tipos de Crédito – F. de Santana - 1998

| Tipos de Créditos | Quant. | % |
|--------------------------|---------------|----------|
| Bancos | 47 | 11,81 |
| Amigos | 33 | 8,29 |
| Bancos e Amigos | 14 | 3,52 |
| Entidades | 6 | 1,51 |
| Bancos e outros | 5 | 1,26 |
| Bancos, Amigos e Agiotas | 5 | 1,26 |
| Outros | 3 | 0,75 |
| Agiotas | 3 | 0,75 |
| Bancos e Entidades | 3 | 0,75 |
| Amigos e Outros | 2 | 0,50 |
| Total | 121 | |

1 Sem Informação

Nota: Questão dirigida àqueles que têm acesso a crédito

Fonte: Pesquisa de Campo

7. controles e registros;

A deficiência no controle do capital, na formação do preço, tanto de custo quanto de venda⁴⁵; - seja pela mais completa ausência de controles ou registros, seja pela utilização inadequada dos recursos disponíveis, recursos esses quase sempre precários - sempre foi uma característica desse segmento. Não é pois estranho que da população pesquisada, que faz algum tipo de controle (59,80%), destes, 74,38% o fazem em cadernos ou cadernetas.

Tabela 33
Controle do Capital – F. de Santana – 1998

| Controle do Capital | Quant. | % |
|----------------------------|---------------|---------------|
| Sim | 238 | 59,80 |
| Não | 160 | 40,20 |
| Total | 398 | 100,00 |

Fonte: Pesquisa de Campo

⁴⁵ Era comum até um tempo atrás a formação do preço de venda na base de "cem por cento", ou seja, o empreendedor lançava 10% sobre o seu custo, ou sobre o preço de compra.

Tabela 34
Tipos de Controle – F. de Santana – 1998

| Tipos de Controle | Quant. | % |
|-----------------------|------------|--------------|
| Caderno | 177 | 74,38 |
| Livro Caixa | 11 | 4,62 |
| Outros | 9 | 3,78 |
| Qualquer Papel | 8 | 3,36 |
| Tabelas de Custo | 8 | 3,36 |
| Tabelas e caderno | 5 | 2,10 |
| Livro Caixa e caderno | 5 | 2,10 |
| Caderno e outros | 5 | 2,10 |
| Livro Caixa e Outros | 5 | 2,10 |
| Planilhas e outros | 2 | 0,84 |
| Livro Caixa e Tabela | 2 | 0,84 |
| Planilhas | 1 | 0,42 |
| Total | 238 | 100,0 |

Nota: Questão direcionada àqueles que mantêm algum tipo de controle
Fonte: Pesquisa de Campo

Do total dos empreendimentos pesquisados, apenas 10% têm contador, confirmando a ínfima condição de controle mais rígido do negócio

Tabela 35
Contador – F. de Santana - 1998

| Contador | Quant. | % |
|--------------|------------|------------|
| Sim | 39 | 10 |
| Não | 351 | 90 |
| Total | 390 | 100 |

8 Sem Informação
Fonte: Pesquisa de Campo

8. desempenho financeiro;

Os dados sobre o faturamento bruto mensal das experiências pesquisadas demonstram a fragilidade financeira destas. Em 15,70% dos casos o faturamento é de até 1 salário mínimo. Agregando-se os dados o intervalo de zero a R\$500,00 brutos no mês chega a 46,84%.

Tabela 36**Faturamento Bruto Mensal – F. de Santana - 1998**

| Valor Bruto Mensal do Faturamento | Quant. | % |
|-----------------------------------|------------|---------------|
| Até 1 SM | 62 | 15,70 |
| Mais de 1 SM a R\$ 250,00 | 51 | 12,91 |
| Mais de R\$250,00 a R\$500,00 | 72 | 18,23 |
| Mais de R\$500,00 a R\$ 700.,00 | 53 | 13,42 |
| Mais de R\$700,00 a R\$ 1.000,00 | 45 | 11,39 |
| Mais de R\$1000,00 a R\$2000,00 | 43 | 10,89 |
| Acima de R\$2000,00 | 50 | 12,66 |
| Ns | 19 | 4,81 |
| Total | 395 | 100,00 |

3 Sem Informação

Fonte: Pesquisa de Campo

9. compradores;

A rede de relações econômicas que se estabelece dentro desse ambiente é bastante interessante. No caso de Feira de Santana, tem-se - para esse universo - um nível de mercado que chamo aqui de primário, de relação direta entre consumidor e empreendedor. Essa relação direta não o autonomiza.

Tabela 37**A quem Vende – F. de Santana – 1998**

| Consumidor | Quant. | % |
|----------------------------|------------|---------------|
| Consumidor | 347 | 87,85 |
| Consumidor e intermediário | 27 | 6,84 |
| Intermediários | 16 | 4,05 |
| Outros | 4 | 1,01 |
| Outros Produtores | 1 | 0,25 |
| Total | 395 | 100,00 |

3 Sem Informação

Fonte: Pesquisa de Campo

10. relações de terceirização;

Quando questionados acerca da existência e/ou manutenção de relações de terceirização, a grande maioria responde negativamente. Entretanto, pôde-se perceber no exercício da pesquisa um grande desconhecimento sobre o significado da questão.

Tabela 38

**Terceirização de atividades do
empreendimento/prestação de serviços a
outras empresas – F. de Santana – 1998**

| Terceirização | Frequência | % |
|----------------------|-------------------|----------------|
| Sim | 27 | 6,54% |
| Não | 380 | 92,01% |
| NS | 4 | 0,97% |
| NR | 2 | 0,48% |
| Total | 413 | 100,00% |

Fonte: Pesquisa de Campo

11. origem do capital inicial.

Um dado importante diz respeito ao envolvimento do empreendedor no empreendimento analisado. Na grande maioria o empreendedor fundou o próprio negócio. Significa dizer que em 92,98% dos casos foi iniciativa do próprio empreendedor abrir ou iniciar seu próprio negócio.

Tabela 39
Situação do empreendimento, por
forma de surgimento - F. de Santana -
1998

| Situação | frequência | % |
|---------------|------------|----------------|
| Abriu/iniciou | 384 | 92,98% |
| Associado | 28 | 6,78% |
| NS | 0 | 0,00% |
| NR | 1 | 0,24% |
| Total | 413 | 100,00% |

Fonte: Pesquisa de Campo

Adicione-se a essa informação o fato de que em 69,98% dos casos com recursos próprios.

Tabela 40
Capital para iniciação/associação ao empreendimento, por forma de
obtenção - Feira de Santana - 1998

| Capital inicial | frequência | % |
|--|------------|---------------|
| Recursos próprios | 289 | 69,98 |
| Indenização de trabalho anterior | 32 | 7,75 |
| Empréstimo | 11 | 2,66 |
| Herança de família | 3 | 0,73 |
| Venda de algum bem | 16 | 3,87 |
| Continuação de atividade da família | 12 | 2,91 |
| Não precisou de capital | 17 | 4,12 |
| Recursos próprios/herança de família | 4 | 0,97 |
| Recursos próprios/indenização de trabalho anterior | 7 | 1,69 |
| Recursos próprios/venda de algum bem | 4 | 0,97 |
| Recursos próprios/empréstimo | 5 | 1,21 |
| Indenização de trabalho anterior/herança de família | 1 | 0,24 |
| Indenização de trabalho anterior/empréstimo | 1 | 0,24 |
| Rec. Próprios/indeniz. trab. anterior/herança família/vendeu bem | 1 | 0,24 |
| Empréstimo/continuação de atividade da família | 1 | 0,24 |
| Indenização de trabalho anterior/vendeu algum bem | 1 | 0,24 |
| NS | 1 | 0,24 |
| NR | 7 | 1,69 |
| Total | 413 | 100,00 |

Fonte: Pesquisa de Campo

Para finalizar esta listagem de dados que pretende-se também um elenco de questões importantes sobre o setor

informal não apenas para o universo pesquisado, ou seja, Feira de Santana, mas para o próprio objeto de estudo numa dimensão mais ampla, vale salientar que sendo questionados acerca das principais dificuldades enfrentadas, os entrevistados, abordaram a falta de dinheiro, com 33,69%, como a maior dificuldade por ordem de importância, sendo seguida pela concorrência com 10,57%, conforme pode ser observado pela tabela 41, apresentada a seguir.

Tabela 41
Freqüência Absoluta das Dificuldades – Feira de Santana – 1998
Grau de Dificuldade

| Dificuldades Elencadas | Dificuldade 1 | Dificuldade 2 | Dificuldade 3 | Dificuldade 4 | Dificuldade 5 | Total | % Total |
|--------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|--------------|----------------|
| Falta de dinheiro | 155 | 28 | 4 | 1 | x | 188 | 33,69 |
| Concorrência | 47 | 8 | 4 | x | x | 59 | 10,57 |
| Inadimplência | 15 | 12 | 2 | x | x | 29 | 5,20 |
| Receber pagamento à vista ou a prazo | 14 | 7 | 1 | x | x | 22 | 3,94 |
| Baixo poder aquisitivo da freguesia | 11 | 7 | 2 | x | x | 20 | 3,58 |
| Falta de crédito | 11 | 7 | x | x | 1 | 19 | 3,41 |
| Falta de cliente | 11 | 6 | 1 | x | x | 18 | 3,23 |
| Nas vendas | 12 | 5 | x | x | x | 17 | 3,05 |
| Falta de espaço | 9 | 6 | 2 | x | x | 17 | 3,05 |
| Falta de transporte | 5 | 2 | 1 | 1 | 1 | 10 | 1,79 |
| Equipamentos | 5 | 4 | 1 | x | x | 10 | 1,79 |
| Falta de um ponto | 6 | 2 | x | x | x | 8 | 1,43 |
| Situação econômica do país | 3 | 4 | x | 1 | x | 8 | 1,43 |

Fonte: Pesquisa de Campo

No seu conjunto as dificuldades elencadas pelos entrevistados, mesmo tendo uma forte concentração na "falta de dinheiro", expressa um conjunto de elementos que compõem tanto questões mais estruturais, como questões mais específicas do cotidiano da atividade desenvolvida. Observa-se também uma mistura de causas e conseqüências figurando enquanto problemas.

A amplitude desse leque ilustra bem o grau de diversidade dessas atividades, inclusive no que concerne aos seus problemas mais freqüentes. Contudo, talvez o principal problema não figure nesta lista, esteja noutra dimensão, a dimensão de sua própria existência.

Notas conclusivas

Procura-se reiterar com esse trabalho, a hipótese de que o tido "setor informal" tem uma funcionalidade inerente ao sistema no qual está inserido não sendo, portanto, algo estranho a este. A dinâmica da acumulação capitalista ao longo da história vem formando, vem construindo espaços tidos como não-capitalistas. Espaços que são de negação e - portanto - de afirmação do próprio sistema.

Citando Trotsky, BALANCO(1999), ressalta que:

"(...) A desigualdade do ritmo que é a lei mais geral do **processus** histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de **lei do desenvolvimento combinado**, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história (...) de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha."(BALANCO, 1999:13)

Nesta perspectiva, o presente texto se pretende uma modesta contribuição crítica à abordagem apologética que tem-se visto na análise do setor informal, da micro e da pequena empresa, que apresentam tais experiências como

alternativas "populares" frente ao processo de acumulação capitalista concentrador e centralizador.

Acata-se a importância de tal segmento para setores amplos da população, haja visto o caso da cidade de Feira de Santana, locus de pesquisa empírica que dá suporte a esta dissertação, onde milhares de famílias garantem o seu sustento amparados em atividades tidas como informais ou de pequeno porte. Entretanto, tal constatação da realidade não ajuíza uma postura de defesa de situações onde a relação capital x trabalho se apresenta de maneira penosa para os trabalhadores, destarte alguns casos isolados que figuram nas propagandas eleitorais mais recentes ou nas campanhas publicitárias do SEBRAE, que, enquanto exceções, cumprem seu papel de comprovar a regra de degradação das condições de trabalho e de redução da massa salarial, ou mais especificamente, do rendimento familiar.

Se na aparência tais experiências são apresentadas como uma "libertação" da força de trabalho, na relação capital X trabalho, através da flexibilização de horários; de mais tempo para o lazer; na possibilidade de poder trabalhar em seu próprio lar; de devolver ao trabalhador a capacidade histórica de domínio do processo de produção por completo: o pensar e o executar; ou mesmo, enquanto possibilidade de ascensão profissional e financeira; objetivamente, em experiências do tipo das que foram visitadas e analisadas, tal situação se traduz em uma relação de subordinação ao grande capital, esteja diretamente ligado a este ou não, vide a cadeia que se estabelece no processo de compra de tais experiências que dependem em sua grande maioria de empreendimentos formais, o que *per se* já estabelece uma hierarquização na relação em benefício de capitais maiores; ou mesmo na

extensão da jornada de trabalho, com horários noturnos e envolvimento de membros da família, muitos deles em idade não apropriada para a atividade laboral. Cabe ainda, refletir acerca do ambiente familiar e sua transformação, ou melhor, absorção, de maneira que este torna-se uma extensão do empreendimento, seja por conta da extensão/ampliação da jornada de trabalho, seja por conta do uso da própria estrutura residencial enquanto espaço para o desenvolvimento das atividades econômicas, vide - no caso de Feira de Santana - os dados referentes ao local da atividade e período de realização da atividade, o que constata que o tempo para o lazer é engolido pela labuta diária pela sobrevivência, sem considerar a própria carência de espaços públicos e acessíveis a esta camada da população.

Assim, o que pode a priori ser apresentado enquanto uma "libertação" na relação capital x trabalho, consolida-se enquanto um processo histórico de subordinação e exploração, com requintes de precarização.

Discussão esta posta, extrai-se da pesquisa de campo uma caracterização que não se distancia muito de outras abordagens clássicas, presentes em outras pesquisas realizadas no país, e mesmo de algumas outras realizadas em países - em especial - da América Latina, a exemplo do México (De Soto), mesmo que este chegue a conclusões bem distantes das que aqui são apresentadas, ou do Uruguai (Bayce, trazida através do trabalho de Montaño), este já com preocupações e análises mais familiares à linha aqui desenvolvida:

Em primeiro lugar verifica-se, no caso que serve de ilustração, a cidade de Feira de Santana, que conforme o recorte adotado, tais experiências são estratégias de sobrevivência de parte considerável da população que não

é alocada ao mercado formal de trabalho. Situação que não se difere em nível nacional, basta lembrar o fato de, conforme o IBGE(2.000), 94,4% dos postos de trabalho gerados no ano passado foram em atividades sem carteira assinada, o que corrobora a análise aqui desenvolvida.

Constata-se também nesse caso a significativa absorção de mão-de-obra vinda de regiões menos desenvolvidas, cidades menores e - em grande parte - circunvizinhas. O setor informal - então - tido com espaço de aninhamento de excluídos. Ou resgatando o que é colocado por Gohn (1995), traduz um processo de "exclusão integradora".

O nível de renda da população envolvida nessas atividades é baixo, mesmo usando a renda média mensal como filtro, o número de empreendimentos com rendimento inferior a 2 salários mínimos mostrou-se grande.

A fragilidade das atividades pode ser observada pelo faturamento bruto mensal, pelo número de empregados ambos muito pequenos, observados através das tabelas 36 e 23, respectivamente.

Conserva, porém, algumas polêmicas, a exemplo do tempo de vida de vida de tais atividades. Pelo pesquisado (conforme tabela 22) esse tempo médio gira em torno de até 01 (um) ano para 11,59% dos pesquisados, de 01 a 03 anos para 28,97% dos entrevistados; de 03 a 05 anos para 17,13%, de 05 a 07 anos para 11,34%, de 07 a 09 anos par 8,82% e com mais de 10 anos para 22,17% do total dos empreendimentos. A análise acerca destes dados enfrenta algumas barreiras. Uma primeira metodológica; o que é pouco ou muito tempo? Uma Segunda também metodológica mas, técnica: a ineficácia do instrumento para apreender uma elemento dinâmico.

Por fim, salientamos que a pesquisa de campo, corrobora o que foi colocado enquanto hipótese à medida em que demonstra a relevância de tal segmento na manutenção de estratégias de sobrevivência fora do enquadramento formal da típica relação de assalariamento capitalista. Cujo reforço ideológico ilusionista de engrandecimento e de perspectivas de ascensão, alimenta tal contingente de esperança na libertação do jugo de um patrão ou de um emprego que o "aprisione", mesmo que para tanto incorra em auto-exploração e o prive dos benefícios, senão suficientes ou satisfatórios, certamente, necessários da previdência social e dos direitos trabalhistas.

BIBLIOGRAFIA

- AMADEO, Edward J., ESTEVÃO, Marcello. *A Teoria Econômica do Desemprego*. São Paulo: HUCITEC, 1994. 254p. (Economia e Planejamento, 29 - Série "Obras Didáticas", 6)
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez, Campinas-S.P.: Editora da UNICAMP, 1995. 2ª ed.
- ANTUNES, Ricardo. *A Centralidade do Trabalho Hoje*. In: FERREIRA, Leila da Costa (org). *A Sociologia no Horizonte do Século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997. pp.91-100.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE FEIRA DE SANTANA.v.1, 1998. Feira de Santana: CDL, 1998.
- BAHIA, SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO. *Plano Diretor do Centro Industrial do Subaé*. Salvador, 1985.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1981. 3ª ed. Título original: *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twenty Century*.
- BRUYNE, Paul de, HERMAN, Jacques, SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991. 5ª ed.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. *As Economias Informal e Submersa: Conceitos e Distribuição de Renda*. ANPEC, Vol.III, 1990. Pp.831-850.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. *Flexibilidade: maior número de micros e pequenas empresas ou manutenção da concentração de forma descentralizada?* Contemporaneidade e Educação, Rio de Janeiro, ano II, v. 1, p. 24-45, maio 1997.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. *Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção*. São Paulo: IPE/USP, 1983, Série Ensaio Econômico, no.26.
- CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. Campinas, S.P.: Ed. Da UNICAMP/FAPESP, 1995.

- CARDOSO, Adalberto M., et al. *Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade. Há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil?* Contemporaneidade e Educação, Rio de Janeiro, ano II, v. 1, p. 7-23, maio 1997.
- CARNEIRO, Francisco Galvão. *Intervenção Estatal, Expectativas e Economia Informal*. ANPEC, vol. III, 1990. pp.815-829.
- CAVALCANTI, Clóvis, DUARTE, Renato. *O Setor Informal de Salvador: Dimensões, Natureza, Significação*. Recife: SUDENE/FUNDAJ, Brasília: M.T., 1980. Série População e Emprego. Vol. 2.
- CAVALCANTI, Clóvis. *Viabilidade do Setor Informal; a demanda de pequenos serviços no Grande Recife*. 2ª ed. Recife: FUNDAJ/MASSANGANA/SUDENE, 1983. 160p. (Série estudos e Pesquisas, 11 - FUNDAJ; Série População e Emprego, 13 - SUDENE).
- CAVALCANTI, Clóvis (org). *No Interior da Economia Oculta: estudos de caso de uma pesquisa de avaliação do desenvolvimento de base no Norte e no Nordeste do Brasil*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.
- CENTRO DE ESTUDIOS ECONOMICOS DEL SECTOR PRIVADO A.C. *La Economía Subterránea en México*. Mexico: Editorial Diana, 1987.
- COELHO, Tânia. *Economia Informal: crescem os pequenos*. Cadernos do Terceiro Mundo, Pano XV, no. 151, 1992.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. RODRIGUES, Maria Cecília Prates. *Sinais de Melhora*. Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia. Julho de 1997. Ano 51. No.7. pp. 48-50.
- DE MASI, Domenico. *O Futuro do Trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. 2ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF:Ed. da UnB, 1999.
- DEDECCA, C. S., BALTAR, P. E. de A., ROSENDISKI, E. *A questão da ocupação urbana no Brasil nos anos 90: uma reflexão a partir dos dados da PNAD*. In: Revista Nova Economia, Dpto. de Economia da UFMG, vol.7, no.1, maio de 1997.

DIEESE. Relatório. www.dieese.org.br/rel/rac/racjan00. 07 de fevereiro de 2.000.

DRUCK, Graça. *Globalização, Reestruturação Produtiva e Movimento Sindical*. In; XXI CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 1997, São Paulo. 21p. (mimeo).

DRUCK, Graça. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico*. Salvador - Ba: EDUFBA, São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

DUARTE, Renato S. *Dependência Tecnológica e Criação de Emprego no Setor Informal Urbano das Economias Periféricas: O Caso do Nordeste Brasileiro*. (19?). (mimeo).

ECONOMIA Informal urbana: município do Rio de Janeiro -1994 / IBGE. Departamento de Emprego e Rendimento - Rio de Janeiro: IBGE, 1996. 90p.

FAGUNDES. Maria Emília Marques. *Informalidade na Região Metropolitana de Salvador: Um Estudo Exploratório*. Salvador, 1992. 201p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Bahia.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Krisis Chega ao Brasil*. Ilustrada. 27 de julho de 1999 (Terça-feira). Pp. 4-1 e 4-3

FOLHA DE SÃO PAULO. Burocracia emperra requalificação. Folha Sua Vez, 5-14, Domingo, 20 de fevereiro de 2000. (classificados empregos)

FUENTES, Maritzel Ríos. *Setor Informal e Reestruturação Produtiva: Uma alternativa de emprego nos anos 90?*. In: CARLEAL, Liana, VALLE, Rogério. (Orgs.). *Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo: HUCITEC-ABET, 1997, pp.357-374.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos, ONGs e Lutas Sociais no Brasil dos anos 90*. Caxambu: XIX Encontro Nacional da ANPOCS, 1995. GT Cidadania, Conflito e Transformações Urbanas.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

HOFFMANN, Helga. *Desemprego e Subemprego no Brasil*. São Paulo: Ática, 1977. Série Ensaios, 24.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - Censo Demográfico - 1991.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - Contagem Populacional - 1996.
- JATOBÁ, Jorge, et alli. *Política de Emprego para o Nordeste*. Recife: Ed. Massangana, Mtb/FUNDAJ, 1985.
- JORGE, Angela F. *Economia Informal Urbana - município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1994 (IBGE, 1996 ?)
- JORNAL A TARDE. *Mercado informal responde por mais de 94% dos novos postos*. Trabalho. Economia - 15, sexta-feira, 28/01/2000.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. Coleção Primeiros Passos. Vol.23. 14ª ed.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 4ª ed.
- LAUTIER, Bruno. *L'économie informelle dans le tiers monde*. Paris: Éditios La Découverte, 1994.
- LAUTIER, Bruno. *Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal*. Contemporaneidade e Educação. Rio de Janeiro, ano II, v. 1, p. 58-92, maio 1997.
- LE GOFF, Jacques. *Por Amor às Cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988. (Prismas)
- LESSA, Sérgio. *Trabalho e Ser Social*. Maceió: EUFC/EDUFAL, 1997.
- LOPES, Rodrigo. *A Economia Informal no Rio de Janeiro: Problema ou Solução*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996. 155p.
- MACHADO, Luis Antônio. *Qualificação Profissional para o Setor Informal*. II Seminário sobre A Viabilidade Econômica do Setor Informal, Auditório do BNDES, Rio de Janeiro, 30/07/1998, promovido pelo MOC/CEAS/CEDAC. (mimeo).

- MALAGUTI, Manoel Luiz. *Miséria, Trajetória Ocupacional e Representação Social (o caso de Campina Grande - Brasil)*. C. Grande- Pb: Cadernos de Economia/Mestrado em Economia-UFPB-Campus II, out.1993a, Série Debates, no.42.
- MALAGUTI, Manoel Luiz. *Ainda sobre o Trabalho*. Campina Grande, PB: Centro de Humanidades/UFPB-Campus II, Rev. Ariús, jan a dez 1993b, vol 4, no.3.
- MALAGUTI, Manoel Luiz. *Pequena Empresa e Cidadania*. Revista Interface, UFES/Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, ano 1, no. 1, março de 1996, pp.27-33.
- MALAGUTI, Manoel Luiz. *Trabalho Assalariado ou Independente? (provocações, paradoxos e reflexões)*. mimeo. 1997.
- MALAGUTI, Manoel Luiz. *Informalidade e Cidadania*. Uberlândia: UFU/Departamento de Economia, 1996 e 1997.Revista Economia Ensaios. Vol.11, nos. 1 e 2
- MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991. (introdução de Eric Hobsbawm)
- MENDONÇA, Herundina Mota Neto de. *Pobreza e Subemprego Urbano no Nordeste do Brasil*. Recife: SUDENE, 1991, Série População e Emprego, no.26.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. PLANFOR : Plano Nacional de Educação Profissional. Termos de Referência dos Programas de Educação Profissional. Brasília - DF: 1996.
- MOC - CEAS - CEDAC. *Geração de Trabalho e Renda: viabilidade e potencialidades econômicas de pequenos empreendimentos urbanos*. Feira de Santana/Recife/Rio de Janeiro: Relatório mimeo, 1997.
- MONTAÑO, Carlos. *Microempresa na Era da Globalização: uma abordagem crítica*. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Questões da Nossa Época - v.69)
- NASCIMENTO. Carla Janira Souza do. *Caracterização das Relações Formais e Informais no Mercado de Trabalho de Feira de Santana*. Salvador, 1996. 139p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Bahia.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Estado, Sociedade, Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Limiar do Século XXI*. Rio de Janeiro: FASE/PIC, 1993. 52p.

- OLIVEIRA, Olga L. Matos. *O Espaço Urbano: notas sobre sua formação, suas populações e seus conflitos*. ANPOCS: Fortaleza, 1997. Anais.
- PEDRÃO, Fernando. *Raízes do Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, Salvador: EDUFBA, 1996. Economia & Planejamento, Série Obras Didáticas.
- POCHMANN, Márcio. *O Trabalho sob Fogo Cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999. (Coleção Economia).
- POPPINO, Rollie E., *Feira de Santana*. Salvador-Ba: Editora Itapuã, 1968.
- PRANDI, J.R. *O Trabalhador por Conta Própria sob o Capital*. São Paulo: Símbolo, 1978
- SABOIA, João. *Considerações sobre a noção de integração do mercado de trabalho no Brasil*. ANPEC, vol. IV, 1988. pp.401-419.
- SALAMA, Pierre. *Pobreza: da inflação ao desemprego no Brasil*. Salvador - Ba.: UFBA/Secretaria da Cultura e Turismo/UESB, O Olho da História. Revista de História Contemporânea. Vol.2, nr.3, nov. 1996.
- SANDRONI, P. *Dicionário de Economia*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- SCHUMACHER, E. F. *O Negócio é Ser Pequeno (Small is Beautiful): um estudo da Economia que leva em conta as pessoas*. 3ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico; Uma Investigação Sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico*. Tradução por Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 239p. Tradução da versão em língua inglesa: *The Theory of Economic Development*. (Coleção Os Economistas, 13).
- SCHWARTZ, Yves. *Trabalho e Valor*. São Paulo: Rev. Sociologia USP, outubro 1996, vol.08, no.2, pp. 147-158.
- SINGER, Paul. *Economia Política do Trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1979. 2ª ed.. Coleção Economia e Planejamento, Série "Teses e Pesquisas".

- SOARES, José de Lima. **Sindicalismo no ABC Paulista: reestruturação produtiva e parceria**. Brasília, DF: Outubro - Centro de Educação e Documentação Popular, 1998. 356p.
- SOUZA, Herbert de. **Economia Submersa, Solução Perversa**. Revista Tempo e Presença, maio de 1989. Pp.11-13.
- SOUZA, Paulo Renato. **Emprego, Salários e Pobreza**. São Paulo: HUCITEC-FUNCAMP, 1980. Coleção Economia e Planejamento, Série "Teses e Pesquisas".
- UNIVERSIDAD NACIONAL DE MAR DEL PLATA. FACULDAD DE CIENCIAS ECONOMICAS Y SOCIALES. CENTRO DE INVESTIGACIONES ECONOMIAS. GRUPO DE ESTUDIOS DEL TRABAJO. **La Dinamica del Mercado de trabajo en el Marco de la Reestructuracion Economica. Informalidad y Precariedad Laboral a Nivel Local**. Resumo dos resultados do estudo; "Mercado de trabalho local. Aglomerado Mar del plata-Batán". LACABANA, Miguel (coord). In: XXI CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 1997. São Paulo. 20p. mimeo.
- XAVIER, Jurandir Antonio. **Ciclo de Conjuntura na Economia Subdesenvolvida. Reanimação versus regressão Econômica nos Anos Oitenta**. Campina Grande - Pb.: 1993, (mimeo).

Apêndices

ANEXO

**PESQUISA SOBRE SETOR INFORMAL URBANO EM FEIRA DE
SANTANA-BA.***PESQUISA DE CAMPO*

QUESTIONÁRIO N°: _____

NOME DO COORDENADOR: _____

NOME DO PESQUISADOR: _____

DATA: ____/____/____

SETOR CENSITÁRIO N° : _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE/ESTADO: _____

REGISTRO DE PESSOAS

| | 1- Nome | 2- Grau de parentesco | 3- Sexo | | 4- Idade | 5- Estado civil | 6- Escolaridade | 7- Profissão | 8- Contribui de alguma forma para o sustento da casa? (isto é, quem ganha algum dinheiro ?) | | 9- Atividade Econômica (mais de uma opção usar anexo B) | 10- Relação de trabalho (permite mais de uma resposta) | 11- Remuneração mensal |
|------|---------|-----------------------|---------|---|----------|-----------------|-----------------|--------------|---|---|---|--|------------------------|
| | | | F | M | | | | | S | N | | | |
| P 01 | | | | | | | | | | | | | |
| P 02 | | | | | | | | | | | | | |
| P 03 | | | | | | | | | | | | | |
| P 04 | | | | | | | | | | | | | |
| P 05 | | | | | | | | | | | | | |
| P 06 | | | | | | | | | | | | | |
| P 07 | | | | | | | | | | | | | |
| P 08 | | | | | | | | | | | | | |
| P 09 | | | | | | | | | | | | | |
| P 10 | | | | | | | | | | | | | |

GABARITO DA FOLHA DE ROSTO DOS DOMICÍLIOS

| 2- Grau de parentesco | 5- Estado Civil | 6- Escolaridade | 10- Relação de trabalho | 11- Remuneração Mensal |
|-----------------------------|----------------------|--------------------------|----------------------------|---|
| 1- chefe (toma as decisões) | 1- Solteiro | 1- Fora da idade escolar | 1- Empregado | 1- menos de 1/2 SM (menos de R\$65,00) |
| 2- cônjuge | 2- Casado/mora junto | 2- Analfabeto | 2- Autônomo | 2- mais de 1/2 a 1 SM (mais de R\$65,00 a R\$130,00) |
| 3- filho (a) | 3- Separado | 3- Alfabetizado | 3- Empreendedor | 3- mais de 1 a 2 SM (mais de R\$130,00 a R\$260,00) |
| 4- familiar | 4- Viúvo | 4- da 1ª a 4ª série | 4- Aposentado/ Pensionista | 4- mais de 2 a 3 SM (mais de R\$260,00 a R\$390,00) |
| 5- outros | | 5- da 5ª a 8ª série | 5- Desempregado | 5- mais de 3 a 5 SM (mais de R\$390,00 a R\$650,00) |
| | | 6- 2º grau | | 6- mais de 5 a 10 SM (mais de R\$650,00 a R\$1.300,00) |
| | | 7- Universidade | | 7- mais de 10 a 20 SM (mais de R\$1.300,00 a R\$2.600,00) |
| | | 8- Formado | | 8- acima de 20 SM (mais de 2.600,00) |

OBS.: Na questão 06 o item "1- fora da idade escolar" corresponde a crianças entre 0 e 6 anos.

Na questão 10 o item "3- empreendedor" corresponde a uma pessoa que tem como atividade econômica (questão 09) um negócio próprio. Atividades rurais não entram na questão 09

Questões sombreadas são as mais importantes para o questionário, não se deter nas anteriores

**QUESTIONÁRIO PARA PEQUENOS
EMPREENHIMENTOS INFORMAIS
URBANOS**

14- Qual é o tipo do seu negócio

- empresa individual
 empresa Familiar
 empresa associativa/cooperativa
 empresa em sociedade
 outros: _____
 NS
 NR

15- Qual o ramo de atividade do seu negócio?

- indústria
 comércio
 serviços
 artesanato
 NS
 NR

16- Por que atua nesse ramo?

17- O local da atividade

- é na residência
 em estabelecimento comercial
 em ponto definido (camelô, barraca, feirante, tabuleiro, etc.)
 sem local definido
 outros: _____
 NS
 NR

18- O local do negócio é

- próprio
 alugado
 cedido
 outros: _____
 NS
 NR

19- Tempo que atua na atividade

- até 1 ano
 entre 1 e 5 anos
 entre 5 e 10 anos
 mais de 10
 NS
 NR

20- Tinha experiência anterior no ramo?

- sim
 não
 NS
 NR

21- Qual é a periodicidade do seu negócio?

- durante a semana
 no final de semana
 não tem dia e/ou período certo
 NS
 NR

22- Você tem coragem de aplicar mais dinheiro no seu negócio?

- sim
 não
 NS
 NR

23- Você considera isso é arriscado?

- sim
 não
 NS
 NR

24- Quanto você apura/fatura por mês no seu negócio?

- até 1SM (R\$130,00)
 mais de 1SM a R\$250,00
 mais de R\$250,00 a R\$500,00
 mais de R\$500,00 a R\$700,00
 mais de R\$700,00 a R\$1.000,00
 mais de R\$1.000,00 a R\$2.000,00
 acima de R\$2.000,00
 NS
 NR

25- Depois que você retira o seu salário do que foi apurado sobra algum dinheiro?

- sim
 não
 NS
 NR

Se sim responder 26, se não passar para 27.

26- O que você faz com o dinheiro que sobra?

- aplica/reinveste no empreendimento
 poupança
 despesas pessoais
 outros: _____
 NS
 NR

27- O seu negócio tem algum tipo de regulamentação/legalização?

- sim
 não
 NS
 NR

Se sim responder 28, se não responder a 29.

28- Que tipo?

- Empresa individual
 ME
 Sociedade Ltda
 Cooperativa/Associação sem fins lucrativos
 Outros : _____
 NS
 NR

Passar para a 31.

29- Que dificuldades encontra para atuar de forma legal? (permite mais de uma resposta)

- burocracia
 representa um gasto de dinheiro não disponível
 outros: _____
 NS
 NR

30- Gostaria de se regularizar/legalizar?

- sim
 não

Por que?

- NS
 NR

31- Você tem acesso a crédito?

- sim
 não
 NS
 NR

Se sim responder 32, se não passar para 33.

32- Quais as fontes de crédito utiliza? (permite mais de uma resposta)

- bancos
 amigos e familiares
 agiotas
 entidades/associações
 Outros: _____
 NS
 NR

33- Faz controles, anotações sobre o seu negócio?

- sim
 não
 NS
 NR

Se sim responder 34, se não passar para 35.

34- Quais tipos de controle utiliza? (permite mais de uma resposta)

- livro caixa
 talão de pedido
 caderno
 qualquer papel
 planilha de custos
 outros: _____
 NS
 NR

35- Você tem contador?

- sim
 não
 NS
 NR

| 36- Informações sobre movimento do negócio | Mês RS | Semana RS |
|--|-----------|--------------|
| Vendas: | | |
| Gastos com matéria-prima e/ou mercadorias: | | |
| Gastos com aluguel: | | |
| Gastos com água: | | |
| Gastos com mão-de-obra: | | |
| Gastos com luz (energia elétrica): | | |
| Gastos com transporte: | | |
| Outros | | |
| Gastos : | | |

37-Inventário de ativos fixos (ferramentas e utensílios de trabalho, maquinaria, veículos, imóveis)

| Quant. | Descrição | Idade |
|--------|-----------|-------|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

| Idade do Equipamento |
|------------------------|
| 1- até 3 anos |
| 2- mais de 3 a 5 anos |
| 3- mais de 5 a 10 anos |
| 4- mais de 10 anos |

II- Compras

38- Onde compra a principal mercadoria e/ou matéria-prima?

39- Qual a forma de pagamento utilizada na compra? (permite mais de uma resposta)

- à vista
 à prazo
 NS
 NR

40- Qual é a frequência da compra da principal mercadoria e/ou matéria-prima?

- semanal
 quinzenal
 mensal
 NS
 NR

41- Qual é o seu estoque da principal matéria-prima/mercadorias?

| Tipo | Quant. | Valor em R\$ |
|------|--------|--------------|
| | | |

- NS
 NR

III- Vendas

42- Onde vende?(permite mais de uma resposta)

- no local da produção
 feiras
 num ponto
 porta a porta
 em outro estado
 sem local definido
 outros: _____
 NS
 NR

43- Como seus clientes freqüentemente pagam?

- à vista
 à prazo
 outros: _____
 NS
 NR

44- A quem os seus produtos e/ou serviços são vendidos?

- direto ao consumidor final
 ao intermediário
 a outro produtor
 outros : _____
 NS
 NR

45- quais os meses que vende mais?

46- quais os meses que vende menos?

IV- Sobre o Preço e a Concorrência

47- Para estabelecer o preço do seu produto e/ou serviço, você considera a concorrência?

- sim
 não
 NS
 NR

48- Quando um produto mercadoria é muito procurado pelos clientes você aumenta o preço dele?

- sim
 não
 NS
 NR

49- Quando um produto/mercadoria é pouco procurado pelos clientes você baixa o preço dele?

- sim
- não
- NS
- NR

50- Você utiliza propaganda?

- sim. Qual?

- não
- NS
- NR

51- Como faz para calcular o preço de venda dos seus produtos e/ou serviços?

V - Capacitação

52- Já fez algum tipo de curso, treinamento, capacitação?

- sim
- não
- NS
- NR

Se sim responder 54, se não passar para 56.

53- Quais?

- NS
- NR

54- Qual instituição prestou este serviço?

- NS
- NR

55- Quais as principais dificuldades enfrentadas no negócio? Por ordem de importância.

| | |
|----|--|
| 1ª | |
| 2ª | |
| 3ª | |
| 4ª | |
| 5ª | |

56 - O (A) Sr (a) é desta cidade?

- sim
- não. De onde? _____
- NS
- NR

Se sim, passar para a questão 58.

57. Se não é, há quanto tempo mora nesta cidade?

_____ anos

58. Qual era a sua situação antes de ter este empreendimento?

- funcionário(a) público(a)
- funcionário(a) de empresa privada
- autônomo
- desempregado
- empregador em outra empresa
- empregado(a) doméstico(a)
- estudante
- agricultor
- vivia de rendas
- dono(a) de casa
- aposentado(a)
- trabalhava em negócio da família
- outra, qual? _____
- NS
- NR

59 - Esse empreendimento onde trabalha agora foi aberto/iniciado pelo Sr.(a) ou já existia e o Sr.(a) se associou?

- Abriu/iniciou o empreendimento
- Associou-se a um empreendimento já existente
- NS
- NR

60 – Caso tenha iniciado o empreendimento ou se associado como obteve o capital necessário?

- recursos próprios (poupança, economia)
- recebeu indenização do seu trabalho anterior
- tomou empréstimo
- recebeu herança de família
- vendeu algum bem
- continuação de atividade da família
- não precisou de capital
- NS
- NR

61. Principais produtos comprados / vendidos (insumos/matérias-primas/mercadorias)

62. De quem compra os insumos/matérias-primas para o empreendimento?

- Não compra insumos
- Compra de empresa formais
- De empresas informais
- De pessoas físicas
- Do governo
- Compra de outros: _____
- NS
- NR

63. Para quem vende? (Permite mais de uma resposta)

- empresas formais
- empresas informais
- pessoas que vão revender
- consumidores finais
- governo
- outros: _____
- NS
- NR

64. O seu empreendimento tem algum setor ou parte da sua atividade terceirizada/que ela exerce para outra empresa?

- sim, qual(is)? _____
- não
- NS
- NR

Anexos

